

Mulheres Fazendo Pazes

Fernanda Pompeu
Patrícia Negrão

1ª Edição

São Paulo



2010

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Pompeu, Fernanda

Mulheres fazendo pazes / Fernanda Pompeu,
Patrícia Negrão. – 1. ed. – São Paulo : Associação
Mulheres pela Paz, 2010.

1. Campanha Nacional Mulheres pela Paz -
Segurança Humana e Justiça 2. Direitos humanos
3. Justiça social 4. Mulheres - Entrevistas 5. Paz
I. Negrão, Patrícia. II. Título.

10-08474

CDD-303.66

Índices para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Cultura da paz : Sociologia
303.66

Capa, projeto gráfico, edição de arte: **Celso Linck**

Revisão: **Silvana Afram**

Apoio editorial: **Walkiria Ferraz**

Supervisão geral: **Clara Charf e Vera Vieira**

Textos e informações que compõem esta obra
podem ser usados desde que citada a fonte

SUMÁRIO

Apresentação _____	<i>Clara Charf</i> _____	04
Paz e Memória _____	<i>Janaína de Almeida Teles</i> _____	10
Paz e Campo _____	<i>Carmen Foro</i> _____	18
Paz e Equidade Institucional _____	<i>Maria Lúcia da Silva</i> _____	26
Paz Interior _____	<i>Lia Diskin</i> _____	34
Paz e Cidades _____	<i>Aldaiza Sposati</i> _____	40
Paz e Justiça _____	<i>Flávia Piovesan</i> _____	46
Paz e Trabalho em Rede _____	<i>Vera Vieira</i> _____	54
Paz e Educação _____	<i>Bia Cannabrava</i> _____	62
Paz e Diversidade _____	<i>Sueli Carneiro</i> _____	70
Artigo • Seminários da Paz _____		78
Artigo • Campanha Nacional _____		84
Resolução da ONU _____		90


SUBINDO DEGRAUS

Paz é construção. Paz é movimento. Ao contrário do que professam alguns, a paz pouco tem a ver com a imobilidade. Paz é igual a justiça. Justiça é a garantia de oportunidades de crescimento para todos, sem exclusões. Paz é igual a segurança humana – em outras palavras, é o direito de viver com perspectivas e dignidade.

Paz é trabalho. Não basta desejá-la. O diálogo é a ferramenta mais eficaz para alcançá-la. Dizer e ouvir não é conquista fácil. Entre nações, o diálogo é resultado de intensas negociações, idas e vindas, conferências, declarações, plataformas de ação. Entre pessoas, o diálogo também é resultado de um conjunto de esforços para o entendimento de que os direitos são iguais para todos e todas.

Paz é uma provocação. Na prática, é uma batalha feita no dia a dia. Para conseguirmos um mundo de segurança humana e justiça precisamos estar na luta cotidianamente. As mulheres fazem isso.

1 Quando uma mulher luta para que a escola ou o serviço de saúde cheguem à sua comunidade, ela está construindo paz. Quando uma mulher luta para que os direitos humanos sejam assegurados nos presídios ou nas cidades, ela está construindo paz. Quando uma mulher luta para ter representatividade no poder, está construindo paz também. Paz não só para ela ou para o gênero feminino, mas para todos os seres humanos.



Em 2005, na Suíça, o *Projeto Mil Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo* propôs a brilhante ação de indicar coletivamente mil mulheres para o Nobel da Paz daquele ano. Dessa ação, vimos surgir uma profusão de experiências diversas e contundentes de guerreiras da paz em mais de 150 países. O Brasil contribuiu com 52 mulheres. Eram do campo e da cidade, analfabetas e doutoras, negras, brancas, indígenas.*


2 O que havia e o que há em comum entre as mil indicadas é que todas trabalham sob o conceito de que a paz é construção diária, objetivando a segurança humana e a justiça social. O trabalho delas transformou e transforma suas comunidades, seja um quilombo nos grotões de Goiás, seja uma organização científica internacional.

No Brasil, a Associação Mulheres pela Paz – responsável pela edição deste livro – integra a Rede Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo. O trabalho da Rede se fundamenta na Resolução 1325, adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em outubro de 2000. Uma das recomendações desse documento é a inserção de perspectivas de gênero (que protegem mulheres e crianças) nas operações de paz e no cotidiano das comunidades.

O que a leitora e o leitor de *Mulheres Fazendo Pazes* vão encontrar, nas próximas páginas, são entrevistas com especialistas em temas sensíveis à paz. A escolha dos temas recaiu no que nos pareceu um começo de conversa. São eles: Paz e Memória; Paz e Campo; Paz e Equidade Institucional; Paz Interior; Paz e Cidades; Paz e Justiça; Paz e Trabalho em Rede; Paz e Educação; Paz e Diversidade.

A leitora e o leitor poderão ler também um artigo panorâmico acerca dos cinco seminários Paz é Segurança Humana e Justiça, realizados pela Associação Mulheres pela Paz e organizações parceiras. Os seminários ocorreram em São Paulo, Brasília, Santo André, Rio de Janeiro e Recife. Foram oportunidades de reunir representantes de entidades que trabalham com temas pertinentes às mulheres, tendo como destaque o combate à violência de gênero. Neles, as participantes puderam atualizar conhecimentos e aprender novos conceitos, notadamente o da Resolução 1325 das Nações Unidas.

Por fim, há um artigo esmiuçando as atividades da Campanha Nacional Mulheres pela Paz – Segurança Humana e Justiça. Entre suas ações, temos uma iniciativa inovadora. Várias indicadas brasileiras ao Nobel da Paz de 2005 monitoram atividades de jovens mulheres – líderes efetivas ou potenciais. Você conhecerá o modo de fazer e de multiplicar boas ideias a favor da paz.



4 Espero que este livro – modesto na execução, pretensioso no alcance – encontre mulheres e homens parceiros na construção da paz. Tenho 85 anos. Estou na luta por uma sociedade mais humana e justa desde 1945. Considero-me uma otimista em ação. Sou testemunha dos avanços da democracia brasileira e dos esforços populares e internacionais pela paz – o que significa dizer, da construção de um mundo mais solidário para todos e todas. Quanto mais gente entrar nos trabalhos pela paz, mais próxima estará a transformação da vida.

Clara Charf
Presidenta da Associação Mulheres pela Paz

AS 52 BRASILEIRAS GUERREIRAS DA PAZ

ALBERTINA DUARTE TAKIUTI • ALZIRA RUFINO • ANA MARIA MACHADO
ANA MONTENEGRO • BENEDITA DA SILVA • CONCITA MAIA • CREUZA
MARIA OLIVEIRA • ELIANE POTIGUARA • ELIZABETH TEXEIRA • ELZA
BERQUÓ • ELZITA SANTA CRUZ OLIVEIRA • EVA ALTERMAN BLAY • FÁTIMA
OLIVEIRA • GIVÂNIA MARIA DA SILVA • HELEIETH SAFFIOTI • HELENA
GRECO • HELONEIDA STUDART • JACQUELINE PITANGUY • JOÊNIA BATISTA
DE CARVALHO • JUREMA BATISTA • LAIR GUERRA DE MACEDO • LEILA
LINHARES BARSTED • LENIRA MARIA DE CARVALHO • LUCI TERESINHA
CHOINACKI • LUIZA ERUNDINA DE SOUZA • MÃE HILDA JITOLU

MÃE STELLA DE OXÓSSI • MANINHA XUKURU • MARA RÉGIA DI PERNA
MARGARIDA GENEVOIS • MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES • MARIA
BERENICE DIAS • MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO • MARIA JOSÉ
ROSADO NUNES • MARINA SILVA • MAYANA ZATZ • MOEMA VIEZZER
NIÈDE GUIDON • NILZA IRACI • PROCÓPIA DOS SANTOS ROSA
RAIMUNDA GOMES DA SILVA • ROSE MARIE MURARO • RUTH DE
SOUZA • SCHUMA SCHUMAHER • SILVIA PIMENTEL • SUELI PEREIRA
PINI • THEREZINHA ZERBINI • VANETE ALMEIDA • ZENILDA MARIA DE
ARAÚJO • ZEZÉ MOTTA • ZILDA ARNS NEUMANN • ZULEIKA ALAMBERT

Paz e

Memória



PELO DIREITO DE NÃO ESQUECER

entrevista com

Janaína de Almeida Teles

por **Fernanda Pompeu**

*J*anaína de Almeida Teles, nascida em 1967, tem pedigree político. É filha de Amelinha e César Teles — dois ativistas pelos direitos humanos de longa viagem. Sobrinha de Criméia de Almeida, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia. Também é irmã de Edson Teles, estudioso do período militar, e prima de João Carlos Grabois, o Joca, nascido na prisão. Historiadora e pesquisadora com livros publicados, Janaína dedica-se à procura dos restos mortais dos desaparecidos políticos e à reconstituição dos últimos momentos de luta e de vida dos mortos e desaparecidos. Valente, ela e sua família denunciaram à justiça o torturador coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Podemos defini-la, também, como um misto de ativista e estudiosa da memória pública.

MFP • *Em 1972, você tinha cinco anos e seu irmão quatro. Após prenderem seus pais, policiais levaram vocês dois para o DOI-Codi (um dos mais temíveis órgãos de tortura da ditadura militar), na rua Tutoia, São Paulo. De que coisas você lembra?*

JANAÍNA DE ALMEIDA TELES ▶ Por conta da pouca idade, tenho lembranças fragmentadas. Mas o que lembro é muito nítido. Lembro de ver meus pais, Amelinha e César, terrivelmente machucados em uma cela. Achei esquisito porque eles não sorriram direito quando me viram. Eles estavam meio esverdeados. Eles abraçaram a mim e ao meu irmão, mas tinha algo desconjuntado no corpo deles. Anos mais tarde, minha mãe contou que fui levada para a sala onde ela estava sendo torturada. Ela estava amarrada na cadeira do dragão (cadeira de tortura onde a vítima recebe fortes choques elétricos). Felizmente não lembro dessa cena. Depois falaram para minha mãe que eu estava morta dentro do caixão.

MFP • *Duas crianças pequenas no DOI-Codi. Quem ficava com vocês?*

JANAÍNA ▶ O mesmo casal de policiais que nos sequestrou. Quando eles chegaram em casa, eu estava vendo televisão. No DOI-Codi ficávamos bastante tempo, dentro de um carro, no estacionamento. Lembro que ouvia gritos. À noite, éramos levados para uma casa grande. Recordo da cozinha, por exemplo. Já tentei localizar essa casa, mas não consigo.

MFP • *Como foi a prisão dos seus pais?*

JANAÍNA ▶ Os dois eram ativistas políticos. Foram presos na rua, quando iam encontrar com outro militante. Caíram os três. Quando minha mãe chegou no DOI-Codi, falaram para ela: “Bem-vinda ao inferno”. Isso ocorreu na noite anterior ao nosso sequestro.

MFP • *Como a repressão chegou em vocês?*

JANAÍNA ▶ Por azar, minha mãe estava com a carteira de trabalho na bolsa. No dia seguinte, policiais foram no emprego dela. Inventaram que minha avó estava morrendo e precisavam muito contatar a família. Conseguiram o endereço. Minha casa estava cheia de materiais comprometedores. Era lá que o jornal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era feito. Foi um prato cheio para eles.

MFP • *Vocês estavam sozinhos na casa?*

JANAÍNA ▶ Por ironia do destino, minha tia Criméia havia chegado do Araguaia no dia anterior. Era uma militante da guerrilha. Mas, como estava grávida de oito meses, veio para São Paulo. Ela foi presa com a gente. A polícia demorou para descobrir quem era ela. Depois, ela teria o filho, meu primo Joca, na prisão.

MFP • *Seus pais e sua tia ficaram presos e incomunicáveis. E vocês foram para onde?*

JANAÍNA ▶ Os agentes da repressão fuçaram e acabaram descobrindo que o marido da irmã do meu pai era um delegado de polícia. Portanto, colega. Ele morava em Belo Horizonte. Nos levaram para lá. Foi outro pesadelo. Esse tio era truculento. Eu e meu irmão fomos recebidos muito mal. A gente ficava num quarto fora da casa. Trancavam a porta com cadeado. Eu tinha que ajudar a empregada doméstica. Quando a gente importunava, o tio delegado falava que ia levar eu e meu irmão para ver os presos dentro das celas da delegacia. Ele dizia que os presos eram animais. Também forçava a gente a rezar todo dia. Claro que, filhos de comunistas, não sabíamos nenhuma reza.

MFP • *Seus tios não falavam nada dos pais de vocês?*

JANAÍNA ▶ Da minha tia lembro muito pouco. O tal tio dizia que meus pais tinham nos abandonado. Um dia insisti: “Quero minha mãe!”. Como resposta, ele pôs um revólver sobre a mesa, dizendo: “Assunto encerrado”. Nossa estada durou uns seis meses.

MFP • *Como é que terminou?*

JANAÍNA ▶ Minha tia Criméia foi solta logo depois do nascimento do Joca. Ela não tinha nenhuma pista de onde estávamos. Foi para Belo Horizonte, onde morava uma parte da família. Um dia alguém comentou que os filhos do César e da Amelinha estavam morando com o tio delegado. Criméia deu um jeito de se aproximar, sem que esse tio soubesse. Tudo escondido. Ela encontrava com a gente em um jardim público. Ela pedia pelo amor de Deus que não comentássemos. Mas um dia, numa briga, eu falei: “A nossa tia Criméia vai tirar a gente daqui”. Ele ficou furioso e as coisas se complicaram. Mas finalmente ▶

- MFP • Como é que terminou?** *(continuação)* **▶** Criméia nos regatou. Ela apareceu um dia em que os adultos não estavam na casa, pegou eu e meu irmão e embarcamos num ônibus para São Paulo.
- MFP • Seus pais continuavam confinados?** **JANAÍNA ▶** Por muito tempo ainda. Do DOI-Codi eles foram para o presídio. Era tudo extremamente duro. Mas preciso dizer que essa história foi vivida por outras crianças. Outros filhos de presos políticos também foram obrigados a ver os pais sendo torturados. Teve, inclusive, crianças torturadas para pressionar ao limite o pai ou a mãe.
- MFP • – Quando você decidiu dedicar-se à memória dos mortos e desaparecidos políticos?** **JANAÍNA ▶** O primeiro momento foi quando eu estudava História na USP. Percebi que o período da ditadura militar tinha tudo a ver com a minha própria história. Agora, o momento de decisão foi com a descoberta da Vala de Perus, em 1990. Eu estava com 23 anos e entrei de cabeça na procura pela verdade. No Cemitério Dom Bosco, foram encontradas 1.049 ossadas, entre elas as de presos políticos.
- MFP • Ou seja, uma vala clandestina?** **JANAÍNA ▶** Exatamente. Era um lugar de desova das vítimas da repressão policial. Havia mortos pela ditadura, mortos pelo Esquadrão da Morte, mortos pela miséria. De um jeito ou de outro, todos vítimas do Estado. Tenho notícias de ossadas de crianças que, acredita-se, foram mortas pelo surto de meningite de 1975, em São Paulo. A ditadura proibiu que a mídia divulgasse. Um caso de censura chocante.
- MFP • A partir daí você não parou mais...** **JANAÍNA ▶** Na sequência de Perus, fomos pesquisar nos arquivos do IML de São Paulo. Não foi fácil. Encontramos muitos obstáculos. Nesse momento percebi que a memória dos desaparecidos era a memória de todos. Tinha que ser pública. Depois demos um salto, com o apoio da prefeita Luiza Erundina, formamos a Comissão de Familiares de Mortos e

MFP • A partir daí você não Desaparecidos. Passamos a pesquisar os arquivos do Dops.
(continuação) **parou mais...** E não paramos até hoje.

MFP • O Brasil é conhecido como **JANAÍNA ▶** Pois é, desmemória tem tudo a ver com impunidade.
um país sem memória. O Estado brasileiro tem uma longa tradição de queimar arquivos, rasgar documentos. Aconteceu com os documentos da escravidão, com Canudos. E agora querem que aconteça com o Araguaia. Já existem testemunhos, inclusive de agentes da repressão, contando do massacre que o Exército fez por lá. Mas é tudo muito lento.

MFP • A justiça é lenta? **JANAÍNA ▶** Isso todo brasileiro sabe. Mas não é só a justiça que é lenta. Há falta de empenho político em investir nas pesquisas que podem trazer a verdade, ou seja, a memória do que aconteceu na hora da morte de muitos mortos e desaparecidos. Trata-se, também, de direitos humanos. Os familiares e a sociedade precisam saber o que aconteceu e quem são os responsáveis. A falta de responsabilização é o principal estímulo à impunidade.

MFP • O direito ao luto? **JANAÍNA ▶** Você só fecha a história se souber como aconteceu. Visitei a mãe de um desaparecido que até hoje não conseguiu desfazer o quarto do filho. Estão lá o piano, as roupas no armário, os objetos pessoais. Essa mãe tem direito ao corpo do filho e à sua memória. Em outras palavras, memória e justiça caminham juntas.

MFP • Argentina e Chile parece **JANAÍNA ▶** Porque o processo deles é mais transparente. O acesso
que avançaram bem mais do cidadão à justiça é mais fácil. Eles estão pondo na cadeia
do que o Brasil. os torturadores, enquanto os torturadores daqui seguem livres, leves e soltos. Responsabilizá-los virou uma espécie de tabu. Evoca-se a Lei da Anistia. Mas a tortura não é crime político. A tortura é crime contra a humanidade. Segundo a lei, inafiançável e hediondo.

MFP • *Aliás, continua-se torturando nas delegacias e presídios brasileiros.* **JANAÍNA** ▶ Pode pôr na conta da impunidade. Denúncias são feitas, nomes são apontados e fica-se por isso mesmo. Nosso país é vergonhosamente violento. Mas acredito que uma democracia não pode viver com práticas de tortura. São incompatíveis.

MFP • *Na sua opinião, o que mais falta à democracia brasileira?* **JANAÍNA** ▶ Falta tornar públicos os porões da repressão do Estado. E para isso é preciso abrir os arquivos, derrubar os impedimentos, romper os pactos de silêncio que protegem os militares. Falta recolher e publicizar a memória dos dizimados pelo Estado. Claro que, ao publicizar essa memória, os torturadores e oportunistas também irão aparecer.

MFP • *E onde entra a paz em tudo isso?* **JANAÍNA** ▶ Só teremos paz se tivermos a plenitude dos direitos humanos. Só teremos a plenitude dos direitos humanos se tivermos justiça. E para ter justiça precisamos da memória.

Paz e *Campo*



O ISOLAMENTO DAS MULHERES RURAIS

entrevista com

Carmen Foro

por Patrícia Negrão

*L*iderança rural desde a juventude, a paraense Carmen Foro é diretora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), diretora da Secretaria Nacional de Meio Ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e foi vice-presidente da CUT de 2006 a 2009. Sua luta é pelos direitos das agricultoras e contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres rurais.

Carmen nasceu em Moju, no interior do Pará, numa família de pequenos agricultores. Os pais não tinham roça própria e os seis filhos ajudavam, desde pequenos, na lida. “Eu ia pra roça dentro do paneiro (cestão com alça) do meu pai, brincando de puxar os galhos das árvores pelo caminho”, recorda Carmen. “Foi só ficar taludinha e comecei a capinar.” Quando fez sete anos, passou a dividir a enxada com lápis e caderno: estudava pela manhã e ia para a roça à tarde.

CARMEN FORO ▶

Na juventude, iniciou a militância nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, em 1986, conseguiu emprego de datilógrafa no sindicato de agricultores de sua cidade, que frequentava, desde criança, com o pai. Logo se destacou como liderança. Em 1992, assumiu a presidência e se tornou a primeira mulher a dirigir o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), em Moju.

Paralelamente, ajudou a fundar a primeira associação das trabalhadoras rurais do município. Em 1993, participou da criação do Movimento em Defesa da Região Tocantina e, em 1996, mudou-se para Belém para assumir a Secretaria de Mulheres da Federação de Trabalhadores da Agricultura (Fetagri). Sua atuação chamou a atenção. Na Marcha das Margaridas de 2003, Carmen e sua equipe levaram 2 mil mulheres para Brasília. Em 2003, ela foi indicada para a direção nacional da CUT e, em 2006, tornou-se vice-presidente. Em 2005, foi eleita para coordenar a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais durante o 9º Congresso Nacional da Contag. Cargo para o qual foi reeleita em 2009.

Carmen participou do Seminário Violência contra as Mulheres no Meio Rural – Diagnóstico, Desafios e Propostas, realizado em Brasília, em 2008, pela Associação Mulheres pela Paz, com participação do Instituto Patrícia Galvão, CNMTR/Contag, Geledés – Instituto da Mulher Negra e Rede Mulher de Educação. Com a presença de vinte mulheres – lideranças do movimento de trabalhadoras rurais e do movimento sindical rural, lideranças quilombolas, ativistas feministas e pesquisadoras –, o evento discutiu estratégias para o enfrentamento da violência contra as mulheres no campo.

Para Carmen, a violência contra as mulheres no meio rural tem situações parecidas com as sofridas pelas mulheres nas cidades; porém, com “recorte mais agravado”. Todas sofrem igualmente, mas, nas cidades, elas têm mais oportunidades de ajuda, como discar 180 de um telefone público. “Nós, lideranças rurais, não pretendemos fazer esse debate na

perspectiva de nos tornarmos vítimas. O debate que propomos é para entender a realidade rural e dar visibilidade a esse tipo de violência”, afirma.

Um agravante é que as mulheres do campo e da floresta sofrem a violência doméstica de forma isolada. “Uma mulher que leva uma surra à noite em uma comunidade rural não tem a solidariedade das outras pessoas. As casas são distantes. Ninguém ouve, ninguém testemunha. Não há vizinhos por perto para ajudá-la e estimulá-la a denunciar.” As distâncias para chegar até um local onde possa ser socorrida é outro problema destacado por Carmen. Mesmo se a mulher que sofreu agressão decide buscar ajuda, tem de enfrentar ônibus ou barco para chegar até a cidade mais próxima. Ela apanha e tem de pegar um barquinho. São cinco, seis horas de viagem, muitas vezes até mais. Machucada, tem vergonha de pegar o barco de linha. E, se encontra coragem, muitas vezes não tem dinheiro para ir a um município denunciar.

Para piorar a situação, nos municípios pequenos não há estrutura para acolher a mulher vítima de violência. “É uma realidade horrorosa. Nas pequenas cidades deste país não há delegacias da mulher e, na maioria das delegacias comuns, faltam profissionais preparados para atender a vítima de violência doméstica”, denuncia Carmen. “Muitas mulheres reclamam que são ridicularizadas pelos delegados. Na saúde não é diferente, fizemos uma pesquisa sobre saúde e gênero em serviços públicos de saúde de vários municípios e constatamos que não há atendimento diferenciado para a mulher vítima de violência, nem percepção de que esse é um fato que existe cotidianamente.”

Carmen aponta, portanto, uma série de fatores que colocam a mulher rural em condições mais difíceis do que a urbana. “A zona rural sofreu com o abandono de todas as políticas por parte do Estado brasileiro por muitos anos. Falo da ausência de direitos básicos, como alimentação adequada, moradia digna, direito à terra, a documentos, à saúde, à educação, à previdência, ao transporte.” Muitas famílias ainda vivem em casas de

CARMEN FORO ► barro. “Apesar das conquistas, principalmente a partir dos anos 90, muitas agricultoras ainda não conseguiram autonomia econômica.”

Além disso, o meio rural continua bastante conservador. “Os homens, em geral, têm a terra em nome deles, a aposentadoria em nome deles. A comercialização dos produtos são eles que fazem. Portanto, eles gastam como bem entendem. A família toda trabalha, mas, na hora de vender, quem vai à cidade é o homem”, conta Carmen. Ela viveu essa realidade. “Eu ia com o meu pai para a cidade. Ele levava tabaco, farinha, bananas para vender e uma lista de compras. Se a mulher pede um tecido para fazer um vestido, é o homem que vai lá na loja escolher. Isso não é mais uma regra, mas ainda não acabou.”

Segundo Carmen, a violência contra a mulher sempre foi pautada pelos movimentos de mulheres, mas com pouca visibilidade política. Combate à grilagem, ao assassinato no campo sempre foram considerados “mais importantes”. “Por muito tempo, dentro do movimento sindical, a violência doméstica foi uma questão somente das mulheres.” A força de organização política fez com que isso mudasse e hoje o problema faz parte da pauta nacional. “Esse não pode ser um assunto só de mulheres, e sim de homens e mulheres. Não pode ser mais tratado de forma invisível, como menos importante.”

As líderes rurais, portanto, se fortaleceram em todo o país, mas as conquistas não foram e não são nada fáceis. Para ter direito à sindicalização, por exemplo, várias mulheres tiveram de fazer ocupação dos sindicatos. “Eu me lembro, no Pará, as mulheres entrando nos prédios dos sindicatos para fazer pressão. Na década de 90, a grande tarefa que assumimos na Contag foi construir a organização das agricultoras para tirá-las da invisibilidade. Esse é um desafio permanente.”

Carmen enfatiza, ainda, que o movimento sindical rural misto não é fácil. “Muitas mulheres sofrem violência moral dentro do movimento.

É grave e triste, porque a organização deveria ser nossa âncora política; porém, muitas vezes, temos de enfrentar constrangimentos, desrespeito, piadas e não cumprimento das coisas combinadas por parte dos companheiros.” Para as mulheres se colocarem é necessária muita força e coragem. E a autonomia econômica é fundamental para que ela tenha autonomia política. “Sempre acreditamos na importância da autonomia econômica da mulher do campo e lutamos para isso.” Para ela, estar na Secretaria da Mulher da Contag representa “a força de tantas outras agricultoras que não conheço”. Representa o caminho das mulheres rurais – um caminho de muita dor e de muita alegria. De vitórias e de derrotas. “Estar lutando pelo direito de muitas mulheres anônimas me emociona, mas não me envaidece jamais. Me faz ter mais vontade e disposição, ao pensar que milhares de companheiras são beneficiadas com as conquistas.”

Nas últimas duas décadas, houve muitos avanços, tanto do ponto de vista das conquistas quanto das organizações de mulheres. As agricultoras não tinham quaisquer direitos. A aposentadoria, por exemplo, elas adquiriam somente depois da morte do marido – meio salário mínimo – e, isso, se conseguissem provar que eles viviam juntos. O que não era tão simples, já que muitas não tinham documentos. Em 1991, conquistou-se o direito de reconhecimento pela previdência social. Em 1994, o salário maternidade. Outro avanço importante foi o direito à titulação da terra. A partir de 2003, todos os títulos de terra para agricultura familiar e assentamento, obrigatoriamente, passaram a configurar no nome do casal. Naquele mesmo ano, passaram a contar com o Pronaf Mulher, um crédito específico para as mulheres do campo. “Isso foi um salto de qualidade, mesmo com a necessidade de aperfeiçoamento. O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural também foi muito importante.”

Todas essas conquistas são resultados do fortalecimento e da pressão das organizações de mulheres rurais. A Marcha das Margaridas, por exemplo, é um processo político importantíssimo. Mobiliza mais de 4 mil sindicatos e 27 federações e Comissões Estaduais de Mulheres Trabalhadoras

CARMEN FORO ▶ Rurais e tem, ainda, participação de organizações nacionais e internacionais. Na Marcha das Margaridas de 2007, foi proposto pelas lideranças rurais e instituído pelo governo o Fórum Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Em novembro de 2008, fruto desse Fórum, foi lançada a primeira campanha nacional Mulheres Donas da Própria Vida – Viver sem Violência: Direito das Mulheres do Campo e da Floresta. A proposta é construir, com essa campanha, um debate nacional sobre o tema com divulgação no rádio, televisão, jornais e revistas. Além disso, dialogar com os governantes estaduais e municipais para que eles assumam políticas públicas de enfrentamento à violência na área rural, como implantação de serviços especializados, redes e ações voltadas para as mulheres do campo. “Queremos massificar essa campanha. Dar visibilidade à violência doméstica rural é fundamental para combatê-la. Mostrar que nós existimos, temos propostas e precisamos de políticas públicas”, defende Carmen. “A violência contra as mulheres no campo só vai acabar quando a sociedade perceber que elas são violentadas cotidianamente e com todos os gestos que as colocam em condição de inferioridade. Quando todos pararem de olhar o meio rural como menor, como inferior.”

Paz e

*Equidade
Institucional*





PAZ NÃO SE FAZ COM TOLERÂNCIA,
SE CONSEGUE COM RESPEITO

entrevista com

Maria
Lúcia
da Silva

por **Fernanda Pompeu**

*M*aria Lúcia da Silva, a Lucinha, não transita pelos movimentos feminista e negro em brancas nuvens. Muito ao contrário. Ela é o tipo de pessoa que faz e reflete. Reflete e faz. Psicoterapeuta, especialista em mediação e trabalhos em grupos, com recortes de raça e gênero. É uma das fundadoras do Instituto AMMA – Pisque e Negritude, ONG que trabalha o racismo sob a lupa psicossocial. “Nossa ênfase são os efeitos psicossociais do racismo.” Nos últimos anos, essa filha de Jordelina, Antônio e Oxóssi tem coordenado, Brasil adentro, oficinas que tratam de um tema nevrálgico e fundamental – a violência das instituições.

O bom de conversar com quem trilha um caminho aplicado é que aprendemos a ver com mais profundidade e, principalmente, aumentamos nossa capacidade de fazer associações. Lucinha Silva, depois de anos de estudos e de práticas, fala com acurada propriedade acerca da violência dos outros e da nossa: “O que está em jogo na violência é a dominação. Pessoas ou instituições lançam mão da violência, como ferramenta, para subordinar, enquadrar e dominar aqueles e aquelas que fogem do figurino. Ou seja, os diferentes. Dependendo da sociedade e do contexto, o diferente pode ser o negro, a mulher, o velho, o imigrante. Ou um conjunto de segmentos”. Ela dá exemplos: “Na violência de gênero, o dominador determina qual o lugar – que ele decidiu – que a mulher deve permanecer. Cabe a ela cuidar mais dos filhos do que ele. Cabe a ela ganhar menos dinheiro do que ele. Na violência racial, o branco insiste em apontar onde o negro deve estar. Tudo bem se o negro for o porteiro, ou a empregada doméstica. Mas o negro ser o diretor da empresa ou a patroa nem pensar”.

Esse raciocínio se estende a como os adultos tentam dominar as crianças, prendendo-as no que eles consideram como universo infantil. Também quando os mais jovens se relacionam com os velhos, tratando-os como superados ou mesmo inúteis. Mas Lucinha alerta: “Há velhos que veem os jovens como imaturos ou irresponsáveis. O importante é refletirmos nos porquês das relações – de gênero, de raça, de geração, de classe – descambarem para situações e percepções violentas”. Ela avisa que não adianta procurar um culpado pela violência: “Não existe um vilão, é mais uma legião de fatores. Entre eles, há sim um dragão. Ele não solta fogo pelas ventas e atende pelo nome de imaginário social. O imaginário social tem força concreta sobre as nossas ações e reações. Ele traz no seu DNA uma incrível capacidade de reproduzir estereótipos. Entre os estereótipos mais comuns: as inferioridades dos negros e das mulheres quando comparados aos homens brancos”.

Lucinha sublinha: “O imaginário social não é algo construído lá atrás e estático. Ele é renovado cotidianamente pela linguagem, pela cultura da

rua, pelos conteúdos da mídia”. Ela tem razão. Nós somos o que escolhemos ser, mas também o que decidiram por nós. O indivíduo é configurado pela comunidade; a comunidade é configurada pelos indivíduos. Um alimenta o outro. “Se a gente quiser de fato transformar o que existe, precisamos retrabalhar os conteúdos. Olhar bem de perto palavras e imagens, sem restrição de área. Os profissionais necessitam retrabalhar os conteúdos da publicidade, do jornalismo, das telenovelas, dos discursos políticos. A linguagem não apenas representa, ela engendra nossa visão de mundo. Mundo que não é estanque. É sistêmico. De pouco adianta uma professora falar da contribuição da população negra em sala de aula, se os livros didáticos, usados pela turma, tratarem as pessoas negras como secundárias. Apesar dos esforços e avanços na área da educação, ainda há conteúdos preconceituosos sendo disseminados nas escolas brasileiras”, completa.

“Do mesmo jeito, não adianta alardear a presença das mulheres em todos os espaços públicos, se as publicações comerciais, os programas de TV continuam retratando-as como coadjuvantes das ações dos homens. Elas aparecem como a secretária, a assessora, a aeromoça, a torcedora, a grande amiga.” O que a psicóloga Lucinha tem certeza é do poder do inconsciente sobre nossas ações diárias. “Muitas vezes, empregamos a violência do preconceito e da discriminação de forma não racional. Pergunte a um racista por que ele é racista. Ele ou negará, ou não explicará. O mesmo fenômeno se dará com os machistas, homófobos etc. O desprezo pelo diferente nasce de uma profunda falta de autoconhecimento.” Podemos acrescentar que também apoia-se na ignorância e no medo.

Nascida na paulista Mirassol (467 km da capital), Lucinha veio com três anos para São Paulo. Na capital paulista traçou sua vida. Em 1988, ela e um grupo de amigas e ativistas fundaram o Geledés – Instituto da Mulher Negra. ONG que é referência para o movimento negro. Depois de muito aprendizado e algumas discordâncias, Lucinha deixou o Geledés, mas não o ativismo. “A gente deixa uma embarcação, mas não desiste da viagem. Fui atrás de uma compreensão sociopsicológica das discrimina-

ções e de seus efeitos sobre os discriminados.” Nesse caminho, coordenou, ao lado de Jussara Dias, várias oficinas e publicações de relevância. Entre elas, *Psique e Negritude – Os Efeitos Psicossociais do Racismo*, editada pela Imprensa Oficial, em 2008. Sua pesquisa nunca foi tão somente teórica. Por ser uma mulher negra, vivencia na pele escura os dardos do preconceito. “Faz uns cinco anos, morava em um prédio no centro de São Paulo. Havia uma vizinha branca que se negava a entrar no elevador quando me via dentro dele. Acho que ela preferia subir de escada.”

Continuando com o tema da violência, Lucinha atenta que ela não é exclusivamente física. “A violência tem dimensões psicológica, econômica, política, intelectual. Sempre mantendo no seu cerne o objetivo de eliminar o outro, seja simbólica ou fisicamente.” Dar tiro e pancada é violência. Desqualificar e excluir também. Ela dá um exemplo que passa despercebido de muita gente boa, a supervalorização do diploma universitário sobre os saberes informais. No Brasil, país de doutores, quem tem diploma acaba desqualificando quem não o tem. “Muitas vezes, uma negra velha de 72 anos dá de dez a zero em um universitário”, ela alfineta – e completa: “Sabedoria de vida é currículo que todos têm, mas, na ditadura das titulações, muitos saberes são deixados à margem. Ora, toda a sociedade perde com isso”.

Assim como fica atrás dos panos a violência entre iguais. A ativista do movimento negro e feminista de quatro costados tem uma visão crítica acerca do que sucede, com frequência, nas ONGs, nos partidos, nos grupos. “A violência é um estado fluido. Cada pessoa carrega a sua verdade, que tem a ver com suas escolhas políticas e com suas crenças. Dentro de grupos, mesmo com objetivos comuns, alguém pode discordar. Aí é um deus nos acuda. De repente, aquele ou aquela que discordou será desautorizado e fica pronto para ser excluído.” A crítica de Lucinha vira espanto: “Estou falando de espaços que lutam pela democracia, por um mundo sem violência. No entanto, pode-se reagir à discordância com bastante violência”. A saída, segundo ela, é tentar desconstruir as relações violen-

tas. Para isso, ajuda compreender como se dá a violência institucional – essa exercida pelas instituições. Notadamente, pelo Estado, família, escola e trabalho. O Estado é violento, porque existe para cuidar de todos, mas atende de forma desigual aos segmentos sociais. “Na prática, sabemos que existe uma justiça para os pobres e outra para os ricos. O acesso aos bens comuns não é igual para todos etc.”

Mas é importante ressaltar que tudo começa na família, e não poderia ser diferente. A família é o lugar no qual experimentamos as primeiras experiências, entre elas, a violência. “Como um espaço institucional, ela espelha o que o país e a cultura estão gerindo. Enredada no mundo, a instituição família ressent-se da violência externa e, ao mesmo tempo, provoca violência interna. Tudo isso por meio das imagens e conceitos que as gerações vão interiorizando”, Lucinha reflete. E dá exemplos: “É na família que aprendemos que a mulher tem que se sentar com as pernas fechadas. Aprendemos e ensinamos que as meninas devem cuidar da casa, ser cordatas e harmônicas. Independentemente se terão uma profissão, o lar é responsabilidade delas. Em contrapartida, os meninos aprendem a ser homens. Ser homem significa, entre outros atributos, expressar sua agressividade. Sua vontade”. O imbróglio fermenta quando lembramos que a agressividade é constituinte do humano. Ela está presente em homens e mulheres. Mas as meninas são ensinadas a reprimi-la, e os meninos a expressá-la. Lucinha agrega: “Mulheres devem ser boazinhas. Já os homens, depende da situação. O aprendido na família continuará vida afora. Não é exagero dizer que somos, também, o que as instituições fizeram com a gente”.

A escola é outro espaço fundamental para nossa formação de violentos. “Certamente, não deveria ser assim. A escola, por definição, deveria ser o lugar para a criança se socializar e se desenvolver. Porém, acaba sendo um espaço de violência, na medida em que está dividido entre homens e mulheres, negros e brancos, adultos e crianças”, Lucinha enfatiza. Em seguida esclarece: “O problema não está na diversidade. O problema está na

desigualdade, no não diálogo entre as diferenças. É na escola que a criança negra se defronta com lições de desvalorização racial. Via de regra, aprenderá que vale menos do que os colegas brancos. Isso pode se dar de maneira sutil. A desatenção de uma professora, a falta de estímulo de um professor, o comportamento preconceituoso de um colega, as entrelinhas dos livros didáticos etc. Temos que recordar que crianças são anteninhas”. E também que “os professores são aqueles que possibilitam que a criança projete imagens positivas ou negativas acerca de si mesma. Ora, nem sempre os professores estão sensibilizados ou preparados para lidar com as tensões de uma sociedade dividida, na qual uns se sentem superiores a outros”.

Outra instituição, na qual passamos boa parte de nossas vidas, é o trabalho. Mesmo com o inegável avanço das mulheres no mercado, mesmo com sua expressiva presença nos espaços públicos, elas ganham menos do que os homens e são preteridas no topo das hierarquias. “Situação similar ocorre com a população negra brasileira. Negros e mulheres são as maiores vítimas da violência no trabalho, traduzida em salários risíveis, menos oportunidades, assédios, descontinuidades de carreiras.” Lucinha tem algumas ideias de como começar a transformar essa situação. Esse é o tema de suas oficinas de sensibilização para detecção, prevenção e questionamento da violência institucional – que nasce na família, se desenvolve na escola e matura no trabalho, sob o olhar permissível do Estado. Pontua: “O grande obstáculo para mudar essa situação está na dificuldade das pessoas admitirem que muitas de suas ações e reações vêm do inconsciente. Também há uma tremenda resistência a admitir os preconceitos. É por isso que ganhamos a fama de ser um país racista sem racistas. Uma sociedade machista sem misóginos, e assim vamos”.

Maria Lúcia da Silva dá um recado certo: “Sempre há soluções. Pois nenhum problema nasce irresoluto. O caminho é longo e árduo. Ele depende do esforço individual e do comprometimento da sociedade. A resolução está nas mãos de cada um e de todos nós. É tudo ao mesmo tempo”. Ela agrega: “Todos estamos em processo de crescimento contínuo.

Ninguém está pronto. Mudanças de mentalidade e de comportamento exigem tempo. O importante é começar de alguma maneira”. Para Lucinha, todos esses pensamentos se ligam ao conceito de paz. Ela tem horror à associação entre paz e pombinhas brancas, entre paz e silêncio. Bem ao contrário, para ela, paz é agitação, é caminho.

“Fico muito preocupada quando falam em tolerância. Tolerar significa aturar, suportar. Ou seja, a tolerância está a um passo da violência. É como se vivesse no limite. Muito mais apropriado é trabalharmos com a palavra respeito. Eu não preciso gostar do diferente, mas tenho que respeitar sua existência. Melhor dito, tenho que respeitar seus direitos que, aliás, devem ser iguais aos meus. Respeitar a diversidade e suas expressões é o grande desafio para os indivíduos e as sociedades no século XXI.”

Paz

Interior



ATITUDES DO COTIDIANO

entrevista com

Lia
Diskin

por Patrícia Negrão

“A percepção ampla do mundo faz com que as pessoas aprendam a conviver, sem violência, com as diferenças.” A educadora Lia Diskin, autora da frase, é árdua defensora do conhecimento como caminho para a reflexão e a evolução interna. Ela nasceu na Argentina e chegou ao Brasil em 1972, ano em que fundou, em São Paulo, um centro de estudos de filosofia “informal” inédito no país, a Associação Palas Athena. Lia foi pioneira aqui ao oferecer programas dinâmicos e interativos de filosofia ocidental e oriental, ética, história das religiões, psicologia, entre outros. Mais de 10 mil pessoas, principalmente jovens, participam, anualmente, das aulas, palestras, oficinas e debates organizados pela Associação Palas Athena. “Nossos alunos aprendem a fazer suas escolhas a partir da observação, indagação e conclusão, e não simplesmente a partir de valores ditados pela sociedade.”

Além de presidente da Associação Palas Athena, Lia é autora e coautora de livros sobre filosofia e educação, entre eles *Paz, como se Faz* (editado pela Unesco) e *Uma Ética para o Terceiro Milênio* (editora Mercuryo-SP) e da cartilha *Cultura de Paz – Redes de Convivência*, publicada pelo Senac, com distribuição nacional gratuita. Está também à frente do Comitê Paulista para a Década da Cultura da Paz, um movimento que promove encontros e fóruns temáticos mensais gratuitos com diversos setores da sociedade para discutir ações e experiências que ampliem a compreensão dos princípios de paz e contra a violência. Um dos temas que têm ocupado essa ativista em defesa da paz reconhecida internacionalmente – Lia foi homenageada pela Unesco – é como transformar a cultura de paz em atitudes do cotidiano.



MFP • *As pessoas estão cada vez mais agitadas, irritadas, estressadas. É possível almejar uma cultura de paz sem paz interior?*

LIA DISKIN ▶ O conceito de paz não pode ser isolado do conceito de segurança humana e de justiça social. Ainda utilizamos uma linguagem que pertence ao universo cartesiano: sim ou não; acima ou embaixo; branco ou preto. Nós nos esquecemos que, entre o sim e o não, existe o talvez, o quiçá, o é possível; que, entre acima e embaixo, há uma infinita graduação de pontos que nos levam de um lugar ao outro; que, entre o branco e o preto, tem inúmeras graduações de cinza. Entendendo isso, podemos compreender que também não há uma dimensão que se possa chamar de “interior”. Existe, sim, uma subjetividade, um diálogo que nós mantemos interiormente, mas que é continuamente afetado, nutrido, alimentado, exercitado e desafiado pelo nosso entorno..

MFP • *As relações exteriores influenciam, então, nossa subjetividade.*

LIA ▶ Nossa identidade se constrói por meio da interação com outras pessoas. Quando falamos sobre paz, não estamos falando sobre isolamento e atitudes individuais, mas de um sentimento de conforto, de segurança e de felicidade por nos percebermos parte de um grande e macro projeto chamado vida. Não há, no ser humano, a possibilidade de desenvolvimento no isolamento. É imperativo à condição humana se sentir pertencente a uma comunidade. Hoje se sabe, por meio da neurociência e da neuroimagem, que, se uma criança não for alimentada emocionalmente, afetivamente e por meio do tato, se ela não tiver trânsito com outras pessoas que a façam reconhecer como um ser vivente, regiões de seu cérebro param de se desenvolver.

MFP • *Um vínculo saudável cria uma identidade saudável.*

LIA ▶ Isso vale também para o oposto e fica claro quando analisamos pesquisas e trabalhos em campo com crianças e jovens infratores ou relatos biográficos de presidiários. Na maioria dos casos, o entorno que lhes deu origem e onde se desenvolveram foi um espaço de hostilidade, indiferença, no qual não puderam criar raízes de pertencimento e de significação.

MFP • *A desvalorização pode levar uma pessoa a se tornar violenta?*

LIA ▶ Em geral, a violência física, simbólica, verbal, gestual ou institucional ocorre devido à desvalorização do ser humano. Fama, prestígio, consumo, acumulação, astúcia são valores cada vez mais prestigiados, ao invés de valores agregadores como convivência, generosidade, empatia, cooperação e solidariedade.

MFP • *Isso vale para relações familiares, dentro de uma instituição ou na sociedade.*

LIA ▶ De acordo com os valores que se privilegia, é possível ter uma cartografia do estado de paz em que vive determinada sociedade, comunidade ou família. O que se privilegia, nesse grupo, é a atitude predatória de se ganhar a qualquer preço? As relações interpessoais, então, se tornam extremamente tensas, permeadas pela astúcia, pela desconfiança que alimenta o sigilo, o esconder ou surrupiar informações. O desejo é de aproveitar a fragilidade e vulnerabilidade do outro para dar o bote. Se, ao contrário, num outro grupo (família, entidade, instituição etc.), aquilo que se propicia, que se fomenta, que se promove é a cooperação, a agregação, a solidariedade, a atenção um com o outro, é óbvio que as relações interpessoais vão ter outra qualidade.

MFP • *Paz é um termo abstrato?*

LIA ▶ Ao contrário. É muito concreto. É possível observar com clareza qual é o espaço provedor de convivência e, consequentemente, de paz. Qual o espaço provedor de dissidência, consequentemente, de violência. Observe a calçada de uma rua. Está esburacada. Atenção, a pessoa desse bairro não está preocupada se uma senhora irá tropeçar e quebrar o pé; se uma mãe irá ser impedida de passar com o carrinho de bebê. Uma calçada pode ser o retrato de como são as qualidades de interação dentro desse espaço. Isso é muito concreto.

MFP • *Você medita todos os dias. Isso ajuda a conquistar paz interior?*

LIA ▶ A pessoa pode se nutrir com reza, meditação ou relaxamento. Por exemplo, se ela agradece o dia que teve porque conseguiu produzir, nutrir seu diálogo interno, ampliar sua compreensão de paz, ela se sente inteira, vital. Já se o meio e os pensamentos são hostis, ela se sentirá aquém de suas possibilidades, desconfiará de sua capacidade, viverá amedrontada e ameaçada.

MFP • *Vivemos numa sociedade extremamente consumista. Isso traz sentimentos de competição, frustração, insegurança.*

LIA ▶ Estamos em uma sociedade que privilegia a acumulação e aqueles que conseguem acumular. Porém, na medida em que temos muitas coisas, necessitamos de muito tempo para cuidar delas. Consequentemente, não temos tempo para nos dedicar à criatividade e ao desfrute da convivência. Se a pessoa cria inúmeras necessidades e, a partir disso, uma constante sensação de necessidades não atendidas que, na verdade, são apenas desejos, ela vive em um permanente estado de alvoroço interno. Passa a reafirmar o tempo todo o estado de carência, e não o estado de potência.

MFP • *Passa a não refletir o que de fato é necessário?*

LIA ▶ Aquelas que conseguem parar e se fazer essa pergunta com um estado de clareza mental, de discernimento, de maturidade interna descobrem que, de fato, precisam de muito pouca coisa ou de bem menos do que imaginavam. Isso não é apologia à pobreza, é apenas discernir entre o que é desejo e o que é necessidade.

MFP • *Temos a sensação de que a felicidade só ocorre quando realizamos nossos desejos.*

LIA ▶ O desejo nunca se satisfaz, porque a condição do desejo é ser insaciável. Depositar a felicidade no desejo é muito precário. Um apartamento, um carro, uma casa de praia, nisso vai a vida inteira... É legítimo querer um imóvel próprio, mas o errado é achar que a felicidade depende disso. A felicidade está em saber apreciar e valorar aquilo que já temos e, fundamentalmente, cultivar as relações interpessoais. A felicidade dificilmente virá com a posse de um objeto, e sim pelo sentimento de acolhimento, de identidade que constitui nossos entes queridos, nossos amigos.

Paz e *Cidades*





MAIS RESPEITO À VIDA,
AO COLETIVO, À NATUREZA

entrevista com

Aldaiza Sposati

por **Patrícia Negrão**

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), da qual é professora titular, a pesquisadora Aldaiza Sposati tem vasta experiência, inúmeras pesquisas e atuação em política de assistência social, políticas públicas e administração pública. Ela participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social (Nepsas) da PUC-SP. Foi vereadora de São Paulo de 1993 a 2002, presidente da Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente (1998-2002) e presidente da Comissão Permanente de Política Urbana Metropolitana (1993-2002), ambas da Câmara Municipal de São Paulo. Algumas reflexões de Aldaiza Sposati sobre a vida nos centros urbanos.

CORRERIA URBANA Ao orientar uma pesquisa sobre mulheres vivendo nas ruas de Campinas (SP), a professora Aldaiza Sposati se surpreendeu ao ouvir o termo “correria” usado pelas entrevistadas para descrever o cotidiano. “Constatamos que esse é um termo comum entre as pessoas em situação de rua. A ideia de correria significa andança, conseguir o que comer, onde dormir, onde encontrar eventualmente algum atendimento de saúde etc. Nada está posto à mão.”

Aldaiza acrescenta que os cidadãos, de uma maneira geral, se sentem cada vez mais solicitados, com tempo reduzido e obrigados a ter respostas rápidas para tudo. Uma das grandes questões da paz no meio urbano, para a acadêmica, é conseguir encontrar momentos de tranquilidade, condição para parar e pensar. “Estamos sempre atentos às solicitações.”

CAOS NO TRÂNSITO Nas grandes cidades, um dos fatores que prejudicam a paz é o congestionamento. O trânsito se torna um contraponto da Cultura de Paz. “O cidadão tem acesso, mas esse acesso é negado pela inviabilidade do tempo que se leva para se chegar de um lugar ao outro.” O trânsito tem impedido a realização de determinadas tarefas e, muitas vezes, chega a levar as pessoas ao desespero. “O trânsito em São Paulo está se tornando tão pesado quanto violento. Os efeitos danosos não são imediatos, geram impaciência, intolerância até chegar à violência. Não consigo separar uma discussão sobre Cultura de Paz de uma dinâmica de substituição de valores: mais respeito à vida, ao coletivo, à natureza”, ressalta Aldaiza Sposati.

**ATUAÇÃO COMO
AGENTE PÚBLICO**

Cultura de Paz exige solidariedade e vivência coletiva. O cidadão, no entanto, não tem perspectiva de agente público. Vive, sim, uma alienação da forma coletiva da vida cotidiana. Os coletivos, quando presentes, são delimitados para alguns segmentos: serviços para idosos, para crianças, para adolescentes. Não há uma visão do todo. Aldaiza exemplifica: “Somos direcionados para uma leitura individual ou para uma macroleitura, mas não desenvolvemos mediações com os coletivos. Isso porque temos uma baixa formação para a vida coletiva, como para o dia a dia nos bairros. A visão coletiva do cotidiano simplesmente não existe. Diz-se que os governos são autoritários e, ao mesmo tempo, não existe a mediação da sociedade”.

**ÉTICA E ESTÉTICA
COMO PARTE DO TODO**

É necessário quebrar o paradigma de que algo feito para a população mais empobrecida pode ser feio, de baixa qualidade. “Em lugares bem tratados, as pessoas começam a se sentir mais bem tratadas e a respeitar o ambiente.” Um exemplo é o metrô de São Paulo.

CONTRASTE E VIOLÊNCIA

A desigualdade e o contraste tornam a cidade mais violenta. Um estudo realizado por Aldaiza em áreas de moradia de adolescentes em conflito com a lei – roubo e homicídio – mostrou que a maioria desses jovens não vive nos bairros mais precários e de maior miserabilidade, mas nos bairros *board lines*, ou seja, próximos aos bairros desenvolvidos e com concentração de riqueza. “Eles moram nos bairros onde há forte contraste entre riqueza e pobreza. A noção de ausência se faz presente exatamente quando se vive com essa grande diferença; quando os que têm e os que não têm estão frente a frente.”

CIDADE INCLUSIVA É uma cidade que contém um movimento de disseminação de oportunidades e acessos. É uma cidade preocupada com a multiplicação de possibilidades e acessos. Mas oportunidades e acessos que respeitem as diferenças e criem espaços para todos. Ter um teatro municipal, por exemplo, não significa ter acesso ao teatro. Esse espaço deve ser pensado para todas as faixas etárias, para todas as pessoas, com os diferentes tipos de necessidade etc. “Cidade inclusiva é uma utopia no sentido de ser uma bússola que oriente. Nunca é um processo que termina. É sempre uma abertura. Quando se chega a um determinado patamar, já se enxergam outros. Não existe exclusão antes da inclusão.”

RESPEITO ÀS DIFERENÇAS Aldaiza finaliza alertando para projetos de ONGs que interfiram nas regiões menos favorecidas sem respeitar as diferenças. “Como vivemos em forte desigualdade social, aqueles que estudam mais e têm mais dinheiro correm o risco de não considerar ‘os outros’ como cidadãos, seres pensantes, pessoas com opinião. Muitas vezes, ao idealizarem projetos, se acham detentores de soluções para os menos favorecidos, considerados sem opinião. Ou seja, aquilo que estão sugerindo para reverter a situação, mesmo sem ter vivido aquela realidade, é o melhor. As pessoas supostamente beneficiadas são tratadas violentamente como pessoas sujeitas a regras impostas. Essas são formas de ação no campo social alienadas de quem desenvolve o trabalho e alienantes da capacidade das pessoas beneficiadas.”

Paz e *Justiça*



UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS

entrevista com

Flávia Piovesan

por Patrícia Negrão

*N*as últimas quatro décadas, as mulheres reinventaram a ótica dos direitos humanos. A história dos direitos das mulheres no Brasil pode ser dividida em pré e pós anos 1970. Flávia Piovesan, procuradora do Estado e professora doutora da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), usa essas afirmações para avaliar os direitos conquistados pelas mulheres aqui e mundo afora. “A elaboração de inúmeros e importantes documentos, tratados e leis nacionais e internacionais foi um marco para as mulheres enquanto detentoras de direitos”, afirma Flávia, que presta consultoria para inúmeras instituições brasileiras e internacionais, como Fundação Ford, Fundação Heinrich Boll e Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Autora, entre outros, de *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional* (11ª edição), Flávia destaca dois momentos determinantes no avanço dos direitos humanos. “Num primeiro momento, como a preocupação era direitos humanos para todos, houve a indiferença às diferenças. A ideia era proteger toda e qualquer pessoa, independentemente de ela ser mulher, homossexual, indígena...”. Essa defesa geral e abstrata, no entanto, tornou-se insuficiente e insatisfatória para a garantia dos direitos e fez-se necessário dar visibilidade às diferenças. “Hoje, ao lado dos direitos à igualdade, busca-se os direitos à diferença, ou seja, proteção específica para crianças, mulheres, idosos, afrodescendentes, indígenas, pessoas com deficiência, migrantes, refugiados...”.

Um grande avanço na igualdade de gênero foi a Constituição Federal de 1988 e os tratados internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil. “A Constituição de 1988 é o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país. É um avanço extraordinário e o documento brasileiro mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos”, aponta Flávia. O movimento feminista teve papel fundamental no processo de elaboração da Constituição de 1988. Uma ampla articulação nacional antes de 1988 resultou na “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes”, que definiu as principais reivindicações dos direitos das mulheres. Conquistou-se, com isso, novos direitos e obrigações, como a igualdade de direitos para homens e mulheres, a eliminação de todas as formas de discriminação, o reconhecimento da igualdade na família, entre outros.

Os avanços obtidos internacionalmente também impulsionaram importantes conquistas no país. “O primeiro tratado que apresentou um legado extraordinário para nossa causa foi a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pelas Nações Unidas, em 1979.” Essa convenção foi uma resposta à

Primeira Conferência Mundial sobre a Condição Jurídica e Social da Mulher, realizada em 1975, no México, e que aprovou um plano de ação para os dez anos seguintes, o Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975/1985). Nessa conferência entendeu-se também a necessidade de uma plataforma internacional de proteção aos direitos das mulheres e, com isso, chegou-se à Convenção de 1979. “É a segunda convenção com maior grau de adesão e de ratificação, com 180 Estados Partes, e só perde para a Convenção sobre os Direitos das Crianças”, destaca Flávia. “Porém, a Convenção de 1979 é a que mais carrega reservas. O Brasil, ao ratificá-la, em 1984, fez reservas aos artigos 15 e 16, que dizem respeito à igualdade entre homens e mulheres na família. Os governantes alegaram, a partir do Código Civil de 1916, então vigente e que explicitava uma família patriarcal, serem esses artigos incompatíveis com a legislação brasileira. Outro exemplo: Bangladesh e Egito se recusaram a aceitar a igualdade entre homens e mulheres na família por ‘motivos culturais e religiosos’ e acusaram a ONU de intolerância religiosa.”

Uma segunda ação de grande relevância, apontada por Flávia, foi a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, de 1993. “De forma clara e expressa, o mundo acolheu a ideia de que os direitos das mulheres integram os direitos universais, ou seja, não há direitos humanos sem que metade da população mundial exerça seus direitos.”

Outros documentos de impacto e influência na luta pelos direitos das mulheres foram o Plano de Ação da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994) e a Declaração e a Plataforma de Ação da Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995). “Estes instrumentos internacionais são importantes porque orientam os movimentos locais de mulheres a exigirem a implementação dos avanços obtidos na esfera internacional.”

Na América Latina, um documento de crucial importância foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em novembro de 1995. “Além desses importantes documentos internacionais, temos normatividades internas, como a Constituição de 1988 – um marco por incorporar as bandeiras das mulheres, como combate à violência na família, a proteção da mulher no mercado de trabalho etc. E, no pós 88, legislações muito relevantes, como a Lei Maria da Penha, adotada em agosto de 2006.” Com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher passou a ser uma grave violação dos direitos humanos. “Ainda que haja muita resistência na sua aplicação, qual é a mensagem? Nós não podemos tolerar a violência contra a mulher. Ela não causa apenas desconforto moral; não merece apenas uma punição moral, mas uma sanção jurídica.”

Flávia enfatiza que sempre há tensões no processo de especificação de direitos. “Vários tribunais da Federação não têm aplicado ou têm invalidado a Lei Maria da Pena, alegando inconstitucionalidade porque viola o princípio da igualdade de todos perante a lei, que é uma igualdade cega às diferenças.” Há também um abismo entre a lei e a realidade. “Mudanças normativas são essenciais, mas não suficientes. Para mudar a realidade, precisamos de mudança legislativa e política, mas, sobretudo, de mudança cultural. Transformar cultura, comportamento, atitude e prática leva tempo.” No caso da Lei Maria da Penha, são inúmeros os desafios. “O primeiro é fazer com que a vítima da violação reconheça que ela agora tem uma lei aliada, amparo e aonde recorrer.” É fundamental também capacitar os agentes operadores, ou seja, os setores responsáveis pela legalização da criminalidade – polícia e justiça. Se os delegados, juízes, promotores, defensores forem sensibilizados, haverá canais eficazes, que irão encorajar a denúncia. “Trabalho com vítimas de direitos humanos há muitos anos e elas, muitas vezes, não querem falar, porque é muito difícil rememorar a violência. O grande problema é que o silêncio é cúmplice da

impunidade. Se todas as vítimas se silenciarem, não há respostas, mas perpetuação da violência”, alerta Flávia. ◀ **FLÁVIA PIOVESAN**

A opinião pública e a mídia têm responsabilidade no processo de digestão e divulgação da lei. “A legislação, por si, não é suficiente, mas pode e deve ter força para mudar comportamentos, seja pelo caráter preventivo, seja pelo caráter repressivo. É uma semente para mudar a realidade.” A dificuldade de aplicação da Lei Maria da Penha se presenciou também nas leis que coíbem a tortura (1979) e o racismo (1989). “As leis são necessárias porque mudam status: racismo não é algo apenas moralmente censurável, mas, punido, representa uma violação aos direitos humanos. A violência contra a mulher não é apenas desagradável, censurável moralmente, mas é um ilícito jurídico. Direitos são violados e há canais institucionais para solucionar o problema.”

Mudar cultura, no entanto, não ocorre do dia para a noite. “Há um componente cultural que sustenta uma relação desequilibrada, assimétrica de poder, que foi construída socialmente entre homens e mulheres, em que os homens estão em uma posição hierarquicamente superior às mulheres. Quando um vê o outro como um ser menor ou um ser esvaziado, as piores violações ocorrem.”

Há ainda um arranjo social que culturalmente confiou a esfera privada, doméstica e da reprodução às mulheres e confiou aos homens a esfera pública da produção. “Nós vivemos hoje uma democratização da esfera pública. O grande dilema é a não democratização da esfera doméstica.” Cada vez mais, portanto, temos a emergência da perspectiva de gênero, que é pensar os direitos humanos a partir da relação entre os gêneros.

Flávia acredita que o Brasil tem leis eficientes e suficientes, “salvo o que se refere aos direitos sexuais – não há, por exemplo, uma lei para punir a homofobia – e ao aborto”. “A clandestinidade leva à insegurança, a

FLÁVIA PIOVESAN ▶ lesões e morte de mulheres de baixa renda, as mais vulneráveis. Tratar o aborto como saúde pública é uma pauta emergencial no Brasil.” A defensora dos direitos humanos, no entanto, se diz otimista. “Não há conquistas sem lutas incessantes. Cada ponto de chegada irradia novos pontos de partida. A ótica dos direitos humanos demanda indignação e esperança. Temos de ser realistas e visionárias. Perceber a realidade, mas sempre olhar para a frente.”

Paz e

Trabalho em Rede



MULHERES FAZENDO REDE

entrevista com

Vera
Vieira

por **Fernanda Pompeu**

*V*era Vieira está há tempos na luta pela emancipação política das mulheres e pela erradicação da violência doméstica. Atualmente, atua nas ONGs Associação Mulheres pela Paz e Rede Mulher de Educação. Ela é a coordenadora brasileira do Projeto ODM3 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Fortalecimento das Mulheres para o Uso Estratégico das TIC para Erradicar a Violência contra Mulheres e Adolescentes (PARM/APC). Vera também é jornalista e doutoranda da Escola de Comunicações e Artes da USP. Sua pesquisa-ação é voltada para o uso da internet pelas mulheres no enfrentamento à violência doméstica. Na entrevista a seguir, ela fala da relação das mulheres com as tecnologias da informação e comunicação e de como elas podem ser usadas na promoção da paz e da justiça de gênero.

MFP • O que são as TIC? **VERA VIEIRA** ▶ As Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC – são meios que usam, ao mesmo tempo, as telecomunicações e a tecnologia informática, tendo sua maior expressão na internet. Elas abrangem as inovações tecnológicas e a convergência de informação e comunicação, que estão transformando o mundo em uma sociedade de informação e conhecimento. Outra característica é que elas provocam novas noções de tempo e espaço e novos modos de pensar, sentir e agir. Essas tecnologias não são nem o céu e nem o inferno. São o estágio atual do desenvolvimento das formas de transmissão da informação e do conhecimento. A humanidade passou pela oralidade, pela escrita, pelas mídias analógicas até chegar às mídias digitais – que mesclam texto, som e imagem, além de ter grande potencial de interatividade.

MFP • Qual a relação entre as TIC e a globalização? **VERA** ▶ As TIC também configuraram a ressignificação das práticas capitalistas, ou seja, o processo de globalização, que se acentuou com a internet. A globalização tem como base a formação de grandes empresas em rede, com atividades planetárias. Elas compram componentes em várias partes do mundo, se utilizam de mão de obra barata e controlam os mercados de forma online. O intenso processo de fusão de empresas, nas áreas produtiva e financeira, só foi possível graças à revolução das TIC. As grandes empresas passam a formar os megaconglomerados, infiltrando-se no sistema financeiro, de informação, de telecomunicações, político etc. Essa prática acentua a subordinação dos países pobres, aumentando o número de pessoas completamente excluídas do sistema.

**MFP • Então as TIC
acentuam a exclusão?**

VERA ▶ Toda evolução tecnológica das formas de transmissão implica em inclusão e exclusão. A passagem da oralidade para a escrita exigiu que as pessoas fossem alfabetizadas, que houvesse barateamento do papel etc. Também implicou na formulação e implementação de uma série de políticas públicas. Para a massificação e democratização das TIC, as necessidades são maiores e mais caras, principalmente em função da velocidade das alterações. É por isso que a exclusão digital caminha paralelamente à exclusão social. As relações de poder – que envolvem classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, localização geográfica – produzem desigualdades no acesso e no uso das TIC. Desigualdades entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, campo e cidade, Norte e Sul.

**MFP • As pessoas acreditam
na internet?**

VERA ▶ As inovações tecnológicas de informação estão provocando novas noções de tempo e espaço, novos modos de ver, perceber e sentir. As mídias são uma das redes de relações com maior poder de influência na vida de uma pessoa. Essa influência vem superando instituições tradicionais, como família, igreja, escola, partidos políticos, associações populares. Agora, se por um lado os meios de comunicação de massa reforçam os estereótipos, por outro lado podem caminhar no sentido contrário. Segundo estudos culturais, as mensagens disseminadas pela mídia não causam efeito entorpecedor na audiência, já que as pessoas passam por um processo de digestão e comparação dos conteúdos para refazer o significado do que leem, ouvem, veem.

MFP • *As mulheres estão se apropriando da web 2.0?*

VERA ▶ O ser humano não sobrevive sem uma rede de relações. Atuar em rede, como estratégia para o avanço das ações sociais, não é novidade. Jamais vou esquecer o que me contou a feminista e socióloga Moema Viezzer, quando decidiu criar a Rede Mulher de Educação, em 1980: “A ideia surgiu quando parei em um posto da estrada e vi uma placa que dizia ‘Rede de Apoio aos Caminhoneiros’. Pensei: por que não uma rede de mulheres para articular ativistas de todo o país?”. Naquela época, pouca gente pensava na necessidade estratégica de se trabalhar em rede para potencializar ações. Uma década depois, já estavam consolidadas diversas redes nacionais e internacionais em busca de soluções conjuntas para a cidadania ativa e a justiça social. Mas é importante lembrar que as tecnologias não são neutras, principalmente em termos de gênero. A tecnofobia por parte das mulheres é uma realidade ainda em processo de superação. A ideia de que “tecnologia é coisa de homem” ainda prevalece no imaginário coletivo. Além disso, na sociedade da informação e do conhecimento, as mulheres têm sido excluídas do processo de desenho, ou seja, da criação, desenvolvimento e implementação de ferramentas digitais.

MFP • *Comente a campanha Dominemos a Tecnologia, voltada para as mulheres.*

VERA ▶ A campanha, da qual sou coordenadora no Brasil, é realizada pelo Programa de Apoio às Redes de Mulheres, da Associação para o Progresso das Comunicações (PARM/APC). Ela visa oferecer ferramentas que incentivem as mulheres a se aproximarem das TIC, com perspectiva de empoderamento, para que possam compartilhar conhecimentos com a vasta rede de usuárias e usuários que fazem da internet um robusto meio de informação e comunicação. O objetivo primordial do trabalho é apropriar-se da tecnologia para avançar na busca de uma sociedade com ▶

MFP • Comente a campanha
Dominemos a Tecnologia,
voltada para as mulheres.
(continuação)

▶ justiça de gênero. Participar dessas redes é fundamental para globalizar as lutas pela igualdade de oportunidades, equidade de gênero e uma legislação que contemple esses princípios, sem barreiras nem discriminações. É primordial que as mulheres aceitem o desafio de dominar a tecnologia, para quantificar e qualificar sua participação social, política, econômica e cultural.

MFP • Dê exemplos de atuação.

VERA ▶ Um dos produtos criados pelo Programa de Apoio às Redes de Mulheres, chamado GEM, é uma metodologia de avaliação de gênero em tecnologias da informação e da comunicação. Essa metodologia brinda ferramentas para que organizações de mulheres, organizações sociais, entidades governamentais e agências doadoras planejem, desenvolvam e avaliem, com perspectiva de gênero, seus programas e projetos de TIC. Ao utilizar essa perspectiva, certamente se abrem espaços para que o acesso à tecnologia se democratize, alentando uma participação igualitária de todas e todos. A metodologia GEM está disponível, em português, no site www.apc.org. Outra ação específica da campanha Dominemos a Tecnologia ocorre de novembro a dezembro, com uma inserção em rede para potencializar a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

MFP • O que são esses 16 dias?

VERA ▶ São o 20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra; o 25 de novembro: Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres; o 1o de dezembro: Dia Internacional de Combate à Aids; o 6 de dezembro: Massacre de Mulheres de Montreal, Canadá; e o 10 de dezembro: Dia Internacional dos Direitos Humanos. O objetivo final é contribuir para a

▶

MFP • O que são esses 16 dias?
(continuação)

► criação de uma comunidade global de mulheres e adolescentes que estejam se apropriando das ferramentas de TIC e usando-as para combater a epidemia global de violência.

MFP • Há alguma experiência em curso para o uso do espaço virtual na qualificação da cidadania das mulheres?

VERA ► Em muitos países estão sendo desenvolvidas atividades específicas sobre as TIC e a violência contra mulheres e adolescentes, com os seguintes focos: pesquisa, incidência em políticas públicas, capacitação para o uso estratégico das TIC, campanha Dominemos a Tecnologia e Fundo de Pequenas Iniciativas. No Brasil, foram escolhidas oito iniciativas, que recebem apoio metodológico e financeiro, sendo quatro em São Paulo: Promotoras Legais Populares de São Matheus, Promotoras Legais Populares da União de Mulheres de São Paulo, Sociedade Comunitária Fala Negão / Fala Mulher, Amzol – Associação de Mulheres da Zona Leste. Duas em Pernambuco: Grupo de Mulheres Cidadania Feminina e Centro das Mulheres do Cabo. Uma no Rio: Nami – Rede Feminista de Arte Urbana, e uma em Brasília: Coturno de Vênus Associação Lésbica Feminista de Brasília. Um projeto dessa qualidade propicia a criação de estratégias novas e criativas para o uso das TIC, além de promover a capacitação e a articulação no apoio à construção de uma rede local, nacional e internacional, para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

MFP • Mais informação significa mais paz no mundo?

VERA ▶ Sem dúvida. Os aspectos quantitativos e de velocidade da informação proporcionam novas formas para buscar sociedades pacíficas. Para chegar a isso é necessário redesenhar a arquitetura das ações pela paz. Refiro-me ao conceito de paz ampliada, que pressupõe a segurança humana e a justiça. Paz ampliada inclui ações pelo fim das discriminações sociais. Falar de paz, então, pressupõe o acesso ao poder e às oportunidades pela imensa maioria.

MFP • Você acredita que a luta pela paz estendida tem se valido das redes sociais, como orkut, facebook, twitter, blogs?

VERA ▶ As pessoas inseridas na luta pela paz estendida ainda têm se valido muito pouco das redes sociais. Estatisticamente, lutadores pela paz são majoritariamente mulheres. A tecnofobia e outros fatores de exclusão explicam a ausência da maioria das mulheres nessas redes sociais. Por conta disso é preciso trabalharmos para superar o medo e a má vontade em relação às TIC. Essas tecnologias precisam ser vistas como uma oportunidade ímpar de empoderamento. É preciso ter convicção de que a internet vai possibilitar um melhor atendimento às redes de proteção à mulher em situação de violência. Também é necessário potencializar os usos das TIC mais acessíveis à maioria da população, como o telefone celular e a câmera fotográfica, junto com a internet, no combate à violência doméstica.

Paz e *Educação*



O PRAZER DA EDUCAÇÃO

entrevista com

Bia Cannabrava

por **Fernanda Pompeu**

a educadora Beatriz Cannabrava, a Bia, é uma das fundadoras da Rede Mulher de Educação e da Repem – Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe. Durante a ditadura militar, ela e seu companheiro, o jornalista Paulo Cannabrava, viveram exilados no Peru, México, Cuba, Panamá. Cantora, foi professora de música por muitos anos. Ao voltar ao Brasil, com a Lei da Anistia, aplicou sua prática didática e sensibilidade na educação popular voltada para grupos de mulheres de baixa renda. Para Bia, historicamente, as mulheres sempre quiseram viver em paz. Sempre acalentaram o desejo de viver em paz com a família, a comunidade e o meio ambiente.

“A CONSTRUÇÃO DA PAZ”

Para mim, o grande desafio não é apenas denunciar as atrocidades das guerras. Paz não é só ausência de conflitos armados, paz é construção. É, também, o árduo caminho para encontrar soluções que derrotem os inimigos cotidianos. Esses inimigos são as violências econômicas, sociais, culturais e de gênero. O conceito de gênero é muito útil, uma vez que esclarece que “ser homem” e “ser mulher” é uma construção sociocultural. As pessoas e também as instituições, sabendo ou não, participam de um conjunto de relações de gênero. Esse conjunto inclui formas e padrões que a sociedade vai chamando de “coisas de mulheres” e “coisas de homens”. Mas todos os países e culturas reforçam o mito da superioridade masculina, criando uma estrutura que domina, reprime, desvaloriza e subordina as mulheres. Daí, para ter paz, é preciso buscar justiça de gênero.

“O ENCONTRO COM AS MULHERES”

Meu interesse pelo feminismo surgiu em 1975, na II Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU. Realizada no México, a Conferência reuniu feministas e grupos de mulheres do mundo inteiro. Foi lá que tive o privilégio de conhecer a pensadora e escritora Ana Montenegro (1915-2006). Ana começou a trabalhar com as mulheres na década 1940 e tinha muito a nos ensinar. No México, também estava Moema Viezzer, educadora popular e umas das primeiras pessoas a pensar no trabalho em rede. Moema também é autora de um clássico feminista: *Se me Deixam Falar*, denso depoimento de Domitila Barrios de Chungara narrando a opressão vivida nas minas bolivianas. Pois bem, nessa Conferência me deu um estalo: trabalhar a educação popular com as mulheres.

“CRIAÇÃO DA REDE MULHER”

Reencontrei a Moema Viezzer na volta ao Brasil. A gente estava procurando onde atuar. As organizações de mulheres que existiam não se encaixavam no que queríamos. Nosso objetivo era trabalhar com educação. Aí, em 1983, fundamos com outras companheiras a Rede Mulher de Educação. O primeiro trabalho, um projeto financiado, foi pesquisar clubes de mães e grupos de mulheres da zona leste de São Paulo (uma região majoritariamente popular). O conceito era: fazer a pesquisa e devolver os resultados para as pesquisadas. Foi um processo maravilhoso. Muito produtivo também. A fotógrafa Nair Benedicto fez um audiovisual que entrou para a história. Um grupo da PUC, que mais tarde fundaria o Instituto Pólis, editou uma revista. As próprias mulheres da Leste criaram um grupo de teatro que resistiu por muitos anos. O projeto teve uma repercussão enorme e acabou dando origem à Amzol – Associação de Mulheres da Zona Leste, existente até hoje. Agora, temos mais de trinta anos de trabalhos. Houve muitas crises, mudanças de rota, alinhamentos, retificações, mas nunca perdemos o foco na educação popular feminista.

“EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA”

A ideia básica foi juntar os princípios da pedagogia de Paulo Freire com a questão de gênero. De forma resumida, a prática do recifense e depois internacional Paulo Freire (1921-1997) se baseia no conhecimento dos chamados educandos. Isto é, ela reconhece que ninguém é uma folha em branco esperando que o professor encha de informações. A partir daí, a educação popular passa a ser uma troca contínua entre quem “ensina” e quem “aprende”. Por exemplo, no começo a gente não falava em feminismo, porque feminismo era entendido como uma coisa de mulheres ricas, mulheres de laquê – como definia uma mulher da zona leste. A gente não falava em feminismo, mais ia introduzindo as questões de gênero. Perguntávamos: quais são

**“EDUCAÇÃO POPULAR
FEMINISTA”**
(continuação)

▶ as diferenças reais entre homens e mulheres? Então elas foram identificando os papéis devastadores da opressão e do machismo em suas vidas. Depois partimos para as oficinas de educação popular.

**“OFICINAS DE
EDUCAÇÃO POPULAR”**

Oficina por quê? Porque você junta. Usamos um exemplo bem conhecido do nosso público de interesse: a oficina de costura. Nela, tem uma que sabe cortar, a outra tem a máquina e sabe costurar, a outra é habilidosa nos bordadinhos, a outra é boa para sair e vender as roupas. Numa oficina de costura, você reúne todo mundo para produzir peças de roupa que serão comercializadas. Então aplicávamos o modelo da oficina de costura para uma prática de criação do conhecimento. Do simples e palpável para algo mais complexo e exigente de abstrações.

“UM SALTO POLÍTICO”

Em 1985, no Brasil da redemocratização, surgiu a oportunidade de trabalhar pela Constituinte. As mulheres do Brasil inteiro começaram a achar que tinham que fazer alguma coisa. Vai ter uma Constituinte? Nós temos que participar! A Rede Mulher passou a centralizar reivindicações de mulheres de baixa renda do país inteiro. Tinham a ver com creches, escolas, moradias, saneamento básico, saúde, reprodução. Esse conjunto de ideias ajudou a propor a emenda popular sobre os direitos da mulher. Dessa emenda popular, muitas ideias foram aproveitadas na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Por exemplo, a licença-maternidade com 120 dias remunerados.

“FORMANDO FORMADORAS”

De uns anos para cá, decidimos concentrar o trabalho da Rede Mulher de Educação na formação de formadoras e formadores, pois tem alguns homens, poucos, mas tem. Passamos a investir no efeito multiplicador. Isto é, trabalhar com lideranças que, por sua vez, vão multiplicar o que aprenderam nas bases. Então redefinimos a Rede Mulher de Educação como uma escola para formadores. Produzimos muitos manuais, cartilhas, audiovisuais. Enfim, uma série de ferramentas com vocação de disseminação.

“AS VEIAS FEMININAS DA AMÉRICA LATINA”

Paralelamente a essas atividades, nos aproximamos do trabalho de educação popular feminista de muitos países latino-americanos. Notadamente, Colômbia, Equador, México, Argentina, Uruguai. Dessa aproximação, cheia de trocas, nasceu a Repem – Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y el Caribe –, da qual fui diretora por oito anos. A Repem foi e é uma grande difusora de informações e conhecimentos de educação popular para mulheres. Inclusive com presença continuada na web, com o boletim *La Red Va*.

“ATIVO DAS MULHERES”

Um conceito muito interessante para a educação popular feminista é o do Ativos das Mulheres. Esse conceito foi desenvolvido pela mulher que conceituou os sistemas de gênero, a fantástica antropóloga Jeanine Anderson. O que é isso? Ativos são os recursos econômicos, culturais, educativos que todas as mulheres têm. Mesmo quando não identificam esses recursos. Em outras palavras, as mulheres sabem mais do que pensam que sabem. Há uma razão histórica para essa dificuldade de autoidentificação dos ativos: a desvalorização dos saberes femininos. Aí a educação entra forte para ajudar as mulheres a mapearem seus ativos. E mais importante ainda: ajudá-las a conseguir novos ativos. ▶

“ATIVO DAS MULHERES”
(continuação)

▶ “Não tenho recurso educativo, como eu posso estudar mais?”.
“Não tenho recurso de renda, como posso ir atrás?”. E assim vai. Trata-se de inverter a lógica dominante. Trata-se de jogar luz no que se tem e não no que falta.

“O TRABALHO PELA PAZ”

Por fim, todo esse trabalho de educação popular com as mulheres e alguns homens tem tudo a ver com a construção da paz. Por exemplo, a formação de redes de apoio a mulheres vítimas de violência. À medida que a mulher melhora sua autoestima, ela fica mais poderosa. Ela percebe que tem forças para sair da situação de violência e, também, trabalhar por uma sociedade mais solidária. A educação desperta possibilidades de crescimento pessoal e coletivo. Ela é poder.

Paz e

Diversidade



ASSINATURA NEGRA

entrevista com

Sueli
Carneiro

por **Fernanda Pompeu**

a filósofa negra Sueli Carneiro é uma das importantes intelectuais brasileiras. Sua expertise é a questão racial brasileira. Também é grande conhecedora da cultura e religiosidade afro-brasileiras. É uma das fundadoras do Geledés – Instituto da Mulher Negra, tradicional ONG de ativistas negras com sede na cidade de São Paulo e referência nacional.

MFP • *Diversidade é uma palavra que caiu no gosto popular. Afinal, o que é diversidade?*

SUELI CARNEIRO ▶ O conceito de diversidade tem tido múltiplos usos e abusos na nossa tradição cultural. Não é um conceito do qual eu goste muito, porque historicamente ele se presta a nivelar contradições sociais de natureza, alcance e magnitude distintos. Na prática, diversidade se transforma em uma lista de lavanderia: negro, indígena, mulher, gay, idoso, pessoa com deficiência. É um conceito que descontextualiza as diferenças socialmente construídas, pois as trata como equivalentes. No entanto, há questões estruturais na conformação das desigualdades.

MFP • *Trocando em miúdos.*

SUELI ▶ Por exemplo, a subjugação da mulher é um fato milenar e internacional. A opressão do gênero feminino é estruturante das desigualdades sociais. Ela afeta no mínimo metade da população do mundo. Se você pegar a questão racial, encontra outro eixo estruturador das desigualdades. No Brasil, o negro foi usado para construir a acumulação primitiva do capital. Foi usado, por meio da escravidão, para construir a riqueza nacional. Ou seja, riqueza amparada no processo de opressão. O militante negro Edson Cardoso costuma dizer: “Em nenhum momento da história, os gays foram arrancados em massa do seu habitat para servir de força de trabalho escrava”. Já para metade da população brasileira o processo foi esse. Essa desigualdade estrutural constrói dois Brasis, pois o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos brancos é parecido com o da Bélgica, e o IDH dos negros é inferior ao de muitos países africanos, por exemplo, da África do Sul. Em resumo, a magnitude, a natureza e o impacto social de determinadas diferenças são radicalmente distintas de outras. O que não significa que as outras não sejam importantes. Todas as desigualdades precisam ser sanadas. Mas para resolvê-las é necessário mensurar e contextualizar.

MFP • *As empresas têm incluído o item diversidade no seu menu de responsabilidade social.*

SUELI ▶ Em termos. Observando, dialogando ou monitorando o comportamento da maioria das empresas, a gente percebe que uma empresa incluiu uma pessoa com deficiência e acha que fez a lição de casa. Grande parte das empresas brasileiras não usa o quesito cor. Ela não declara quantos negros estão em seus quadros. Justifica dizendo que o quesito cor é discriminatório. Mas no fundo esse expediente serve para escamotear o número mínimo de empregados negros fora das funções básicas. Às vezes, a empresa não tem um negro sequer fora da cozinha, da portaria ou da garagem.

MFP • *E no mundo da publicidade?*

SUELI ▶ A publicidade se comporta de maneira similar ao mundo empresarial. A propaganda põe um negro e um japonês no meio de uma multidão de brancos e tudo resolvido. Clientes e publicitários acreditam que um indivíduo negro é suficiente para representar 50% da população. E, se pôs o negro, põe o oriental – que representa 1% dos brasileiros. O problema é que para contemplar a diversidade seria necessário pensar com menos preguiça e desconstruir a hierarquia social fundamentada em raça, gênero e outras discriminações.

MFP • *Explique melhor.*

SUELI ▶ O que aconteceu na história do Ocidente, a partir do século XVI, foi que os europeus se autointitularam o modelo da humanidade. Notadamente o macho branco europeu. Eles se instituíram ser universal, isto é, parâmetro pelo qual todos os demais seres humanos seriam medidos e avaliados. A cultura europeia, uma cultura particular, se mascarou de universal. Leia-se, cultura superior. Suas formas de conhecimento, suas técnicas, sua religião, sua estética tornaram-se a representação plena do universal humano. Ao se autoproclamar ▶

MFP • *Explique melhor.*
(continuação)

superior, essa cultura determinou que os não brancos – como suas manifestações culturais e religiosas – eram inferiores. É bom não esquecer que a hegemonia ocidental foi conseguida com uso descarado da força. Isto é, por meio da destruição, rebaixamento, desqualificação de todas as culturas e povos não brancos.

MFP • *Uma receita que deu em tragédia.*

SUELI ▶ Foi um processo brutal de colonização. Além de vários genocídios, a colonização destruiu possibilidades de conhecer os saberes dos outros povos. Empobreceu nossa experiência humana, dilapidou nossa experiência civilizatória. Impediu que pudéssemos trocar conhecimentos de maneira igualitária e respeitosa. Então essa é uma dimensão trágica. Fora toda a dominação, há tudo o que perdemos de possibilidades de diálogo e intercâmbio entre grupos humanos de distintas experiências civilizatórias. Mas no Brasil há um viés interessante. Todo o esforço das elites para embranquecer o país, traduzido em violências econômicas e simbólicas, não foi capaz de apagar a força das marcas da resistência cultural negra. Pois é a cultura negra quem dá a identidade nacional. É a negritude que faz o Brasil ser interessante para um europeu ou um americano.

MFP • *É a marca negra para além do futebol, da culinária e do Carnaval.*

SUELI ▶ Exatamente. Tudo de grande excelência no Brasil é eivado de negritude, só que embranquecido. Uma vez eu li uma entrevista do João Gilberto. Ele dizia que, sempre que perguntavam para ele: “Que música é essa que você faz?”, ele respondia: “Eu faço samba”. Até que o empresário dele disse: “Pare de falar em samba. Daqui para frente o que você faz se chama bossa nova”. Desnecessário dizer que a bossa nova tem origem no samba e no jazz americano, que são

MFP • É a marca negra para além do futebol, da culinária e do Carnaval.
(continuação)

▶ expressões do patrimônio cultural negro. No mundo inteiro, artistas de vanguarda têm bebido na nascente da cultura negra. Verdade que, na sequência, trata o produto como algo novo e destituído da sua negritude. Novamente, o embranquecimento. É um processo de expropriação, transformação e negação da origem.

MFP • Machado de Assis?

SUELI ▶ Pois é. O maior escritor brasileiro é negro. Mas historicamente a cultura branca hegemônica se incumbiu de embranquecê-lo. Nós, do movimento negro, vamos nos incumbindo de enegrecê-lo. Houve alguém que chegou a dizer, se não me engano Olavo Bilac, que “Machado de Assis não é um negro, é um grego”. Outro exemplo é do Milton Santos (1926-2001). Esse geógrafo negro tem reconhecimento internacional. Recebeu prêmios importantíssimos. Só que, quando se fala de Milton Santos, omitem sua cor. Outro fato escondido da maioria: a Escola Politécnica da USP foi criada por um negro. É um expediente para ocultar a negritude desses expoentes. É como se só fosse permitido exaltar o negro nas manifestações folclorizadas e folclorizantes. Essa situação é outra dimensão importante da negação da diversidade. Se o Brasil tivesse reserva moral, disposição e vontade política para respeitar e valorizar a diversidade, as crianças aprenderiam nas escolas a reconhecer a contribuição dos negros brasileiros em todas as áreas.

MFP • O Brasil está preparado para ter um Barack Obama?

SUELI ▶ Ainda estamos muito longe de eleger um presidente da República negro. Obama foi resultado de uma construção histórica. O racismo brasileiro foi e é mais nefasto do que o apartheid sul-africano e a segregação americana. Explico: nos Estados Unidos, mesmo num contexto de segregação legal,

▶

MFP • O Brasil está preparado para ter um Barack Obama?
(continuação)

o Estado americano assegurou que os negros pudessem ter escolas e universidades próprias, hospitais próprios, igrejas próprias. Ou seja, criaram equipamentos sociais, eram de pior qualidade, mas existentes. Semelhante ao apartheid sul-africano. Nos dois países proliferaram líderes políticos, empresários e intelectuais negros. Enquanto no Brasil o abandono social dos negros no pós-abolição foi completo, livres para morrer à míngua nas sarjetas do país, sem trabalho, sem direito à educação, sem moradia, sem liberdade de culto etc.

MFP • Entramos na segunda década do século XXI. O Brasil avançou na questão racial?

SUELI ▶ Avançamos. A prova disso é a questão racial estar na agenda pública nacional. Sabe por que avançamos? Porque avançou a consciência negra. E por que avançou a consciência negra? Porque avançou o movimento negro. Por outro lado, o debate público acerca da questão racial se faz sem os negros. Mesmo aí o sujeito político negro é mais uma vez ocultado, desqualificado. Parece que ainda estamos no século XIX, em um embate entre abolicionistas e escravocratas. Mas, mesmo com todos esses senões, digo que avançamos, sim. Outro ganho maravilhoso para os negros é que a hegemonia branca teve que sair do seu conforto histórico da reiteração da democracia racial. A partir da discussão de cotas, do Estatuto da Igualdade Racial e que tais, foi instaurado um conglomerado midiático, um verdadeiro pelourinho eletrônico contra as ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade racial. Por que são contra as cotas raciais nas universidades? Porque a universidade sempre foi um elemento estrutural no processo de reprodução das elites nacionais. Democratizar o acesso à universidade põe em risco iminente essa reprodução. Então, pau nas cotas. O lado positivo? Os racistas perderam a máscara.

MFP • *Qual a importância do 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra?*

SUELI ▶ Há heróis e fatos históricos mortos e esquecidos. E há heróis e fatos históricos vivos e renascidos pela memória popular. É o caso da saga de Palmares e seu líder Zumbi. O 20 de Novembro, que foi uma data proposta pelo intelectual negro Oliveira Silveira (1941-2009), homenageia um herói, o Zumbi dos Palmares, que segue sendo festejado. Ele é um símbolo de resistência. É reconhecido pela maior parte dos brasileiros. Em torno dessa data, tem atividades no país todo, se mobilizam prefeituras, escolas. Em qualquer estado do país tem alguma atividade, por mais modesta que seja. É o único feriado, fora o de Nossa Senhora Aparecida – que, aliás, é preta – com poder de mobilização. Só a grande mídia fecha os olhos para a efervescência do Dia Nacional da Consciência Negra.

SEMINÁRIOS

RECADO FALADO

A palavra seminário vem do latim seminarium e tem a ver com sementeira, produção, produtividade, escola, acumulação de conhecimento.

A Associação Mulheres pela Paz realizou, entre 2007 e 2009, cinco seminários focados no trabalho coletivo das mulheres para aprofundar o conceito de paz como segurança humana e justiça e alertar para o fato da paz ser incompatível com a violência contra as mulheres.

A seguir, você lerá uma síntese dos seminários realizados em Brasília, São Paulo, Santo André, Rio de Janeiro e Recife.

1

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO MEIO RURAL — DIAGNÓSTICOS, DESAFIOS E PROPOSTAS

Brasília – DF

12 e 13 de novembro de 2007

Objetivo: Contribuir para a formulação de diagnóstico da violência doméstica no campo e arrolar propostas de enfrentamento.

Participantes: Mulheres líderes do movimento de trabalhadores rurais, do movimento sindical rural, do movimento quilombolas, ativistas feministas, pesquisadoras do tema.

Realização: Associação Mulheres pela Paz; Instituto Patrícia Galvão; CNMTR/Contag; Geledés – Instituto da Mulher Negra; Rede Mulher de Educação.

Apoios: Unifem – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher; SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Rede LAC – Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe; MST – Movimento dos Sem Terra; MMTRNE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu; MMC – Movimento de Mulheres do Campo; Grupo Curumim; Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Os problemas: As mulheres da zona rural têm imensas dificuldades em prevenir e denunciar situações de violência doméstica das quais são vítimas. A prevenção é difícil por conta do cal-

deirão cultural brasileiro. Meninos são criados para mandar e meninas, para obedecer. O elogio ao machismo (comando, virilidade, autoridade, prioridade) se mantém pelos campos do país. As letras de música – veiculadas pelas rádios e CDs –, muito populares, difamam o gênero feminino. “Mulher é galinha safada”, diz uma delas. Em alguns grotões, os homens chamam a Lei Maria da Penha (contra a violência doméstica) de Lei Maria da Peia (brincando com a palavra peia, regionalismo para chicote). A denúncia é quase impossível. As casas costumam estar afastadas umas das outras, o que torna o pedido de socorro, durante as agressões, inócuo. Simplesmente não é escutado. Delegacias comuns estão em cidades distantes. Delegacias de Mulheres existem em quantidade mínima. A consequência é que a violência contra a mulher torna-se silenciosa e subnotificada.

As propostas: Intervir no caldeirão cultural, por meio da educação de crianças e jovens. Sensibilizar os comunicadores de mídias para as questões de gênero. Incentivar a organização das mulheres em grupos e associações. Cobrar do Estado a implementação de serviços de polícia, justiça, saúde e educação na zona rural, entre outros. Divulgar e fazer valer a Lei Maria da Penha para proteger as mulheres vítimas de violência e responsabilizar seus agressores.

2

PAZ É AUSÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – É SEGURANÇA HUMANA E JUSTIÇA

São Paulo – SP

28 e 29 de abril de 2008

Objetivo: Discutir a aplicação da Resolução 1325 das Nações Unidas no dia a dia. Conectar ações brasileiras com as de outros países, visando construir estratégias para propagar o conceito de paz ampliada da Resolução 1325.

Participantes: Ativistas dos movimentos feminista, negro, lésbico, juvenil.

Realização: Associação Mulheres pela Paz.

Parcerias: Instituto Patrícia Galvão; Geledés – Instituto da Mulher Negra; Rede Mulher de Educação.

Apoios: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento; Fundação Avina.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Os problemas: Paz é geralmente associada à ausência de guerras e conflitos armados. Ou, então, paz parece algo que está fora das pessoas. A partir da Resolução 1325 da ONU, paz passou a significar segurança humana e justiça. Corolário: sem segurança humana e justiça, a situação é de guerra. O grande desafio é popularizar esse conceito ampliado de paz e criar ações para o seu fomento.

As propostas: Sensibilizar os gestores de políticas públicas para o conceito ampliado de paz. Sensibilizar os comunicadores de mídias para a divulgação da paz como segurança humana e justiça. Insistir para que os movimentos feminista e de mulheres acolham a Resolução 1325 da ONU como mais uma ferramenta de enfrentamento à violência contra as mulheres. Dar visibilidade às ações que fomentem a paz. Compreender que a paz está fora e dentro de cada um de nós.

3

MULHERES PELA PAZ – SEGURANÇA HUMANA E JUSTIÇA

Santo André – SP

2 de junho de 2008

Objetivos: Debater o conceito de paz ancorado na segurança humana e justiça. Divulgar para replicar o trabalho das brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz / 2005. Discutir formas de conectar a ação das brasileiras com mulheres de outros países, a fim de estabelecer estratégias de ação global.

Participantes: Líderes dos movimentos feminista e de mulheres.

Realização: Associação Mulheres pela Paz.

Parcerias: Sesi; Rede Mulher de Educação; Instituto Governo e Cidadania do ABC; União de Mulheres de São Paulo; Diário do Grande ABC; Prefeitura de Santo André; Fé-Minima – Movimento de Mulheres de Santo André; Câmara de Santo André.

Patrocínio: Petrobras.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Os problemas: Sem justiça de gênero (equidade entre homens e mulheres nas esferas pública

e privada) não há condições para a paz. A desigualdade social, acentuada como a brasileira, propicia o aguçamento da violência e de traumas semelhantes aos da guerra. A falta de infraestrutura (água, esgoto, iluminação) atinge em cheio as mulheres, uma vez que são elas as garantidoras da vida cotidiana. Fragmentação das lutas dos segmentos mais vulneráveis.

As propostas: Compreender a luta pelos direitos humanos das mulheres como uma construção, urdida no dia a dia, imprescindível para a paz. Os direitos humanos não são bandeira, são caminho. Apropriação, por parte das mulheres, dos documentos nacionais e internacionais referentes à justiça de gênero. As lutas de gênero, classe e igualdade racial devem se unir em busca de uma sociedade mais justa. Acreditar nas ações locais e fomentar redes para atingir o global. Criação e governança de políticas públicas eficientes e eficazes.

4

PAZ É SEGURANÇA HUMANA E JUSTIÇA

Rio de Janeiro – RJ

8 de dezembro de 2008

Objetivo: Aplicar a redefinição do conceito de paz (Resolução 1325, de outubro de 2000), no sentido amplo de segurança humana e justiça, nas ações voltadas para a luta contra a violência à mulher. Conectar as ações brasileiras com as de outros países do mundo, visando estabelecer estratégias de enfrentamento e avanço.

Participantes: Feministas e líderes de associações de mulheres.

Realização: Associação Mulheres pela Paz.

Parceria: Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH/RJ); Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim/RJ); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia); Criola; Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh); Rede Grumin de Mulheres Indígenas.

Apoios: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento; Fundação Avina; Centro Cultural Light; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Unifem.

Patrocínio: Petrobras.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Os problemas: As mulheres são as grandes batalhadoras pela paz. Não obstante, suas lutas têm pouca visibilidade. É grande a fragmentação das iniciativas e ações. Dificuldade da população negra, que viveu séculos sob a escravidão, em acreditar que tem direitos. As desigualdades de gênero, classe, raça promovem violências.

As propostas: Investir na educação popular pela paz, tornando as líderes comunitárias multiplicadoras do conceito amplo de paz, isto é, segurança humana e justiça. Incentivar a formação de redes. Cobrar do Estado brasileiro a implementação de direitos e políticas descritos em documentos ratificados por ele. Incentivar ações afirmativas para a população negra. Ampliar e popularizar o conceito de paz. Paz não é passividade. Paz é participação.

5

PAZ É SEGURANÇA HUMANA E JUSTIÇA

Recife – PE

15 de outubro de 2009

Objetivo: Refletir sobre a amplitude do conceito de paz, voltado para a segurança humana e a justiça, notadamente sua aplicação na questão da violência contra a mulher. Aplicar a experiência e o trabalho das brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz / 2005, visando à segurança humana e à justiça para as mulheres. Conectar as ações brasileiras com as de outros países do mundo, visando estabelecer estratégias. Utilizar o impacto no cotidiano do conceito de paz ampliado.

Participantes: Feministas e líderes de associações de mulheres.

Realização: Associação Mulheres pela Paz.

Parcerias: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Representação Regional do Nordeste do Ministério da Cultura; Prefeitura do Recife.

Apoios: Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento; Fundação Avina.

Patrocínio: Petrobras.

SÍNTESE DO SEMINÁRIO

Os problemas: Guerras feitas por homens. Paz feita pelas mulheres. Mas são os homens que ganham o Prêmio Nobel da Paz. A pouca visibilidade das ações públicas das mulheres. Democracia com sexismo e racismo é democracia pela metade.

As propostas: Repensar os velhos modelos de paz, civilização, poder. Fomentar o conceito de diversidade. Fomentar uma ampla discussão sobre família e divisão sexual do trabalho. Estimular a criação de associações e grupos de mulheres, notadamente no campo brasileiro.

COMO PARTE INTEGRANTE DOS CINCO SEMINÁRIOS, OCORRERAM AS MOSTRAS

- Exposição Fotográfica 1000 Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo
- Exposição das Bandeiras confeccionadas pelas brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz / 2005

CAMPANHA NACIONAL

JUVENTUDE EM AÇÃO

Com o objetivo de fomentar o diálogo entre diferentes gerações, a Associação Mulheres pela Paz lançou e coordena a Campanha Mulheres pela Paz – Segurança Humana e Justiça. Essa ação incentiva e apoia as brasileiras indicadas para o Nobel da Paz 2005 a compartilhar seu conhecimento com jovens aprendizes. Do norte ao sul do país, as Mulheres pela Paz estão monitorando jovens em atividades como seminários, oficinas e outros eventos. A partir da experiência adquirida ao longo de várias décadas de luta, elas capacitam e fortalecem as jovens mulheres para que tenham influência nas ONGs, movimentos sociais e na sociedade em geral. E mais: têm a oportunidade de trocar e aprender com a juventude. Relatos de algumas participantes mostram a riqueza dessa atividade.

SAÚDE EM DESTAQUE

A Mulher pela Paz **Albertina Duarte Takiuti**, médica ginecologista que luta por políticas públicas de saúde para mulheres e adolescentes, está monitorando, em São Paulo, as jovens Helena Duarte Marques, Elisa Matias de Melo, Maira Bonfim Teixeira e Greice Aparecida de Araújo Santos. Uma das ações elaboradas por Albertina com as quatro jovens é uma pesquisa com profissionais de saúde que trabalham com adolescentes para analisar a opinião deles sobre a promoção da paz. A pesquisa foi aplicada durante o Curso de Educação Continuada para Profissionais de Saúde do Estado de São Paulo que Trabalham com Adolescentes. Foram coletadas 247 fichas para um estudo quali-quantitativo. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados para mil profissionais que participaram do último Curso de Educação Continuada Adolescência Feminina, em São Paulo. Estão sendo realizados também encontros mensais de capacitação

sobre Cultura de Paz com as quatro jovens participantes do projeto. A ideia é que elas disseminem cada vez mais o conceito ampliado de paz.

CAMPANHA NA WEB

A Mulher pela Paz *Eliane Potiguara*, ativista pelos direitos das mulheres indígenas, está supervisionando os trabalhos das jovens Daline Moína e Jaciara. Depois de um encontro, onde foi discutido o conceito ampliado de paz, elas se prontificaram a propagar a iniciativa da campanha em seus locais de trabalho e estudo, no Rio de Janeiro. Elas pretendem também difundir pela internet – nos sites de organizações parceiras, Orkut e blogs – os conceitos que associam paz à segurança humana e justiça social, de gênero, de raça-etnia e de origem regional.

PELOS DIREITOS HUMANOS

Elzita Santa Cruz Oliveira tem 98 anos e reuniu-se com as jovens Juliana Accioly Martins, Verônica de Lima Costa e Vanessa de Andrade França para discutir o conceito ampliado de paz. Dona Elzita conversou com as jovens sobre sua história pessoal na luta pelos direitos humanos – seu filho, Fernando Santa Cruz, desapareceu em 1974, vítima da ditadura militar, e a família nunca mais teve notícias dele. As três jovens participam de atividades promotoras dos direitos humanos e, a partir do monitoramento de dona Elzita, estão divulgando a paz como segurança humana e justiça. As quatro montaram um cronograma de atividades, com reuniões mensais para troca de experiências.

QUILOMBOS EM FOCO

Ana Claudia da Silva Mendes, nascida no Quilombo Campinhos da Independência (Parati/RJ), Daniele dos Santos, nascida no Quilombo Conceição das Crioulas (Salgueiro/PE) e Inayani Regina da Silva Oliveira, nascida na periferia de Salgueiro, são monitoradas pela líder rural *Givânia*

da Silva. A partir de encontros com Givania, as três jovens estão disseminando a paz como sinônimo de segurança humana e justiça entre os jovens de suas comunidades. Elas atuam nos encontros de jovens das comunidades quilombolas, nos movimentos estudantis, nos movimentos em defesa das crianças e das comunidades quilombolas.

AÇÕES PELA RÁDIO

A radialista e comunicadora *Mara Régia Di Perna* monitora as jovens Bianca Felipe Paiva, Juliana Maya e Fabiana Vasconcelos. Ao tomarem contato com materiais de divulgação da Campanha Mulheres pela Paz – kit com CD, cartilha e folder – e após terem participado de uma Oficina de Comunicação, elas decidiram elaborar spots sobre o tema “paz é um combate à violência contra as mulheres”, para veiculação nas rádios locais e na Rádio Nacional da Amazônia, que fala simultaneamente para os nove estados da Amazônia Legal em ondas curtas.

NÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

As jovens Alichelly Ventura, Ana Paula de Santana Correia, Mariana Arantes Nasser e Márcia Regina Cabral Pereira são monitoradas pela feminista e advogada *Maria Amélia Teles*. As quatro jovens participaram de seminários de capacitação sobre o combate à violência contra a mulher. A estratégia a ser desenvolvida é: mobilizar mulheres e homens jovens para enfrentar a questão por meio de campanhas nos bairros e escolas e na divulgação da Lei Maria da Penha.

ATIVISMO MULTIPLICADOR

Em Toledo, no Paraná, a feminista e educadora popular *Moema Viezzer* está monitorando Ana Paula Fritzen Eifler, Lina Maria Viezzer Grondin e Juliet Cristina Manfrin. As três estudaram as informações dos materiais enviados pela Associação Mulheres pela Paz e, a seguir, fizeram, coordenadas por

Moema, uma reflexão sobre a importância de trabalhar o tema da equidade de gênero no contexto da educação para a paz nas relações entre mulheres e homens. Depois disso, as jovens começaram a desenvolver atividades de campo para a disseminação da proposta em duas entidades assistenciais de Toledo: a Casa de Maria e o Circo Alegria. A primeira atende meninas e meninos com até 16 anos que vivem em situação de risco e/ou em regiões de risco social da cidade. O Circo Alegria tem como objetivo tirar crianças e adolescentes das ruas por meio do ensino de técnicas circenses e capacitá-los para o mercado de trabalho em atividades de contraturno escolar. As três jovens também estão sendo capacitadas por Moema para dar entrevistas para a imprensa local e regional com o objetivo de divulgar o conceito ampliado de paz e as ações em andamento. Além disso, estão recolhendo informações sobre outras instituições, redes e fóruns que organizam campanhas pela paz no município e na região para, posteriormente, trabalhar nos mesmos na perspectiva proposta pela Associação Mulheres pela Paz.

JUVENTUDE NEGRA EM AÇÃO

A ativista dos movimentos negro e feminista *Nilza Iraci* supervisiona os trabalhos das jovens Andrea Glória dos Santos, Daniela Custódio e Elida Miranda. Elas foram capacitadas por Nilza para multiplicar os objetivos da Campanha Mulheres pela Paz em cursos de Promotoras Legais Populares e de capacitação profissional – módulos da cidadania –, ambos promovidos pelo Geledés – Instituto da Mulher Negra; na reunião nacional da Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras, a ser realizada em março de 2010; em reunião com jovens feministas da Rede de Jovens; e no Fórum Estadual de Juventude Negra de São Paulo.

VÍNCULOS FORTALECIDOS

Monitoradas por *Mãe Stella de Oxossi*, as jovens Julie Lopez Zacheu, Isadora Bispo dos Santos e Oyá Silva Brito – do terreiro Axé Opo Afonjá de

Salvador, Bahia – trabalham na interlocução entre mães e filhos. O objetivo é envolver as mães na educação das crianças por meio do diálogo. Entre as iniciativas, está a ida de crianças ao teatro e a elaboração de Álbuns de Família, mapas de autoconhecimento e construção da identidade.

JUSTIÇA PARA TODOS

A Mulher da Paz **Sueli Pereira Pini**, juíza que leva a Justiça para todos no estado do Amapá, capacitou as jovens Andressa Raniele da Costa Pantoja, Janaína da Silva Sussuarana e Rafaela Araújo Carvalho para participar do Projeto Justiça Itinerante. Elas auxiliam no atendimento da Justiça para a população ribeirinha e da zona rural. Por barco, chegam ao Arquipélago de Bailique, no delta do rio Amazonas, onde levam o direito jurídico aos moradores. Também prestam serviços na zona rural de Macapá, providenciando certidões de nascimento e participando de audiências de conciliação, e acompanham a juíza no Fórum, participando das atividades judiciais (atendimento, audiências, elaboração de decisões, sentenças). As três jovens participam também, ao lado de Sueli Pini, do programa “Eu Existo – Registro Legal Para o Preso”, no qual mensalmente passam um dia na penitenciária local atendendo os detentos que não possuem documentação, sem o qual não alcançam progressão prisional.

PAZ NO CAMPO

A líder rural pernambucana **Vanete Almeida** monitora as jovens Alda de Souza Bladino, Maria Gorete Alves do Nascimento e Miriam Maria Vieira Ribeiro. Elas vivem em Serra Talhada, interior de Pernambuco, e a partir de encontros de capacitação coordenados por Vanete se comprometeram a disseminar os princípios da Campanha Mulheres pela Paz nas comunidades rurais da região.

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

A Mulher pela Paz *Creuza Maria Oliveira*, ativista pelos direitos das trabalhadoras domésticas, contra o racismo e pelo fim da violência contra as mulheres, está monitorando, em Salvador, as jovens Ana Cristina Oliveira Machado, Valdirene Boa Ventura e Creice Freitas. Elas participam de palestras, oficinas e encontros em escolas públicas, universidades, associações e na Câmara dos Vereadores para falar sobre os direitos da mulher. Abordam temas como direitos das trabalhadoras domésticas, Lei Maria da Penha, direitos trabalhistas, assédio moral e sexual, entre outros. Monitoradas por Creuza, as jovens também dão entrevistas para programas de rádios comunitárias sobre o direito das trabalhadoras domésticas.

EM DEFESA DA FLORESTA

A líder camponesa *Raimunda Gomes da Silva*, dona Raimunda do Coco, como é mais conhecida nacional e internacionalmente por defender a floresta e o extrativismo como renda familiar, reuniu 28 pessoas em uma oficina sobre conscientização de gênero e política. Nesse encontro, cinco jovens foram escolhidas para participar da Campanha Mulheres pela Paz – Segurança Humana e Justiça. A ideia é capacitá-las para que levem o conceito ampliado de paz para a zona rural do Tocantins.

Os trabalhos em prol da paz da Associação de Mulheres se baseiam principalmente na Resolução 1325 das Nações Unidas.

Abaixo, você confere o documento.

RESOLUÇÃO 1325 • Adotada pelo Conselho de Segurança em seu 4213º encontro, em 31 de outubro de 2000*

O CONSELHO DE SEGURANÇA

Relembrando as resoluções 1261 (1999), de 25 de agosto de 1999; 1265 (1999), de 17 de setembro de 1999; 1296 (2000), de 19 de abril de 2000; e 1314 (2000), de 11 de agosto de 2000; bem como as relevantes declarações de seu presidente, e relembrando também a declaração de seu presidente à imprensa por ocasião do Dia das Nações Unidas para os Direitos da Mulher e a Paz Internacional (Dia Internacional da Mulher), de 8 de março de 2000 (SC/6816);

Relembrando ainda os compromissos da Declaração e da Plataforma de Ação de Beijing (A/52/231), e aqueles contidos no documento da 23ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, intitulado “Mulheres 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21” (A/S-23/10/Rev.1), em particular os relativos às mulheres e aos conflitos armados;

Tendo em mente os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, e considerando que a Carta confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade primeira de manter a paz e a segurança internacional;

Constatando com preocupação que a grande maioria dos que sofrem os efeitos prejudiciais dos conflitos

armados são civis, incluindo refugiados e migrantes, particularmente mulheres e crianças, e que progressivamente são alvos de combatentes e elementos armados, e reconhecendo o consequente impacto que isso tem sobre a paz duradoura e a reconciliação;

Reafirmando o importante papel da mulher na prevenção e na resolução de conflitos e na construção da paz, e enfatizando a importância de sua igual participação e completo envolvimento em todos os esforços para a manutenção e promoção da paz e da segurança, bem como a necessidade de aumentar sua participação no processo decisório em relação à prevenção e à resolução de conflitos;

Reafirmando também a necessidade de implementar plenamente as disposições do direito internacional humanitário e leis de direitos humanos que protejam os direitos de mulheres e meninas durante e após os conflitos;

Enfatizando que todas as partes devem assegurar que programas de remoção de minas, assim como de conscientização sobre seus perigos, levem em conta as necessidades especiais de mulheres e meninas;

Reconhecendo que é urgente incorporar a perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, tendo em vista a Declaração Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia para a inclusão da Perspectiva de Gênero em Operações Multidimensionais de Apoio à Paz (S/2000/693);

Reconhecendo também a importância da recomendação contida na declaração de seu presidente à imprensa, em 8 de Março de 2000, sobre treinamento especializado em proteção, necessidades especiais e direitos humanos das mulheres e das crianças em situações de conflito para todo o corpo de funcionários pela paz;

Reconhecendo que um entendimento do impacto do conflito armado sobre mulheres e meninas, arranjos institucionais efetivos para garantir a proteção delas e sua completa participação no processo de paz podem contribuir significativamente para a manutenção e a promoção da paz e a segurança internacional;

Atentando para a necessidade de consolidar dados sobre o impacto dos conflitos armados sobre mulheres e meninas;

1

Solicita aos Estados Membros que assegurem o aumento da representação feminina em todos os níveis dos processos de tomadas de decisão em instituições nacionais, regionais e internacionais e mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos;

2

Encoraja o secretário-geral a implementar seu plano estratégico de ação (A/49/587) no qual se pede um aumento da participação das mulheres no processo de tomada de decisões para a resolução de conflitos e processos de paz;

3

Solicita ao secretário-geral nomear mais mulheres como representantes e enviadas especiais para dar sequência aos bons trabalhos em seu nome e, sobre esse tema, solicita aos Estados Membros indicar à Secretaria Geral candidatos que possam ser inscritos numa lista centralizada e regularmente atualizada;

4

Solicita também ao secretário-geral buscar expandir os cargos e as contribuições das mulheres nas operações de campo das Nações Unidas, especialmente na qualidade de observadoras militares, de membros da polícia civil, de especialistas em direitos humanos e membros de operações humanitárias;

5

Expressa sua vontade de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de paz e encoraja o secretário-geral a assegurar isto nas operações de campo, onde apropriado;

6

Solicita ao secretário-geral fornecer aos Estados Membros diretrizes e materiais de treinamento sobre proteção, direitos e necessidades particulares das

mulheres, assim como a importância do envolvimento das mulheres em todas as medidas de construção e manutenção de paz; convida os Estados Membros a incorporar esses elementos, bem como ações de conscientização sobre HIV/Aids nos programas de treinamento nacional para policiais civis e militares na preparação para posicionamento estratégico, e solicita ainda ao secretário-geral assegurar que equipe de civis em operações de manutenção de paz receba o mesmo treinamento;

7

Solicita aos Estados Membros aumentar seu apoio logístico, técnico e financeiro para o treinamento de gênero, incluindo aqueles sob responsabilidade de programas e fundos relevantes, notadamente o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, o Fundo das Nações Unidas para a Infância e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e outros órgãos competentes;

8

Pede a todos os que participem das negociações e implementação de acordos de paz que adotem uma perspectiva de gênero, levando em conta e incluindo, em particular:

a) As necessidades especiais das mulheres e meninas durante a repatriação, reassentamento e reabilitação, reintegração e reconstrução pós-conflito;

b) Medidas para apoiar as iniciativas de paz das mulheres locais e processos nativos de soluções de conflito, e que envolvam mulheres em todos os mecanismos de implementação dos acordos de paz;

c) Medidas que assegurem a proteção e o respeito pelos direitos humanos das mulheres e das meninas, particularmente no que diz respeito à constituição, ao sistema eleitoral, à polícia e ao sistema judiciário;

9

Insta a todas as partes do conflito armado ao respeito pleno das leis internacionais aplicáveis aos direitos e à proteção de mulheres e meninas, especialmente civis, em particular as obrigações correlacionadas em virtude das Convenções de Genebra de 1949, os Protocolos Adicionais de 1977, a Convenção dos Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967, a Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979, o Protocolo Facultativo de 1999, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 e seus dois Protocolos Facultativos de 25 de maio de 2000, e tendo em mente a relevância das provisões do Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional;

10

Insta a todas as partes do conflito armado a tomar medidas especiais para proteger mulheres e meninas da violência baseada no gênero, particularmente estupro e outras formas de abuso sexual, e todas as outras formas de violência em situações de conflito armado;

11

Enfatiza a responsabilidade de todos os Estados de acabar com a impunidade e de processar os responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, incluindo aqueles relacionados à

violência sexual e outros tipos de violência contra as mulheres e meninas e, a esse respeito, ressalta a necessidade de excluir esses crimes, sempre que possível, das disposições de anistia;

12

Insta a todas as partes do conflito armado a respeitar o caráter civil e humanitário dos campos e instalações de refugiados, e a considerar as necessidades especiais das mulheres e meninas, incluindo-as em seu planejamento, e relembra as resoluções 1208, de 19 de novembro de 1998, e 1296, de 19 de abril de 2000;

13

Encoraja todos os envolvidos no planejamento das operações de desarmamento, desmobilização e reintegração a considerar as diferentes necessidades de ex-combatentes do sexo masculino e feminino, e a considerar as necessidades de seus dependentes;

14

Reafirma que, quando se adotam medidas em virtude do Artigo 41 da Carta das Nações Unidas, se dispõe prontamente a ter em conta os efeitos de seu impacto sobre a população civil, tendo em mente as necessidades especiais de mulheres e meninas, a fim de considerar apropriadas exceções a título humanitário;

15

Expressa sua disposição de assegurar que as missões do Conselho de Segurança levarão em conta

considerações de gênero e os direitos das mulheres, incluindo consultas a grupos de mulheres locais e internacionais;

16

Convida o secretário-geral a estudar os efeitos dos conflitos armados sobre mulheres e meninas, o papel das mulheres na consolidação da paz e as dimensões de gênero nos processos de paz e resolução de conflitos, e o convida também a apresentar um relatório ao Conselho de Segurança sobre os resultados desse estudo, tornando-o disponível a todos os Estados Membros das Nações Unidas;

17

Solicita ao secretário-geral, quando pertinente, incluir em seu relatório ao Conselho de Segurança os progressos realizados na incorporação das questões de gênero em todas as missões de manutenção de paz e todos os demais aspectos relacionados a mulheres e meninas;

18

Decide permanecer ocupando-se ativamente da questão.

*Tradução: *Luana Yoko Vieira Komatsu*

Associação Mulheres pela Paz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Clara Charf (presidenta)

Clarice Herzog (vice-presidenta)

Ivete Garcia

Fátima Pacheco Jordão

Jacira Vieira Melo

Laura Greenhalgh

Maria Amélia de Almeida Teles

Maria José Rosado Nunes

Mariluce Moura

Sílvia Pimentel

DIRETORIA EXECUTIVA

Vera F. Vieira - diretora

Benita Beatriz A.Cannabrava – adjunta

Walkíria L.J.Ferraz – secretária

CONSELHO FISCAL

Albertina de Oliveira Costa

Eleonora Menecucci

Aparecida Sueli Carneiro



Rua Santa Isabel, 137, 4º andar - Vila Buarque

01221-010 - São Paulo/SP

Tel./fax: (11) 3224-9454

associacao@mulherespaz.org.br - www.mulherespaz.org.br